



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata nº 14/2015

## ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **vinte e nove** dias do mês de **junho** do ano **dois mil e quinze**, pelas **vinte horas e vinte e seis minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **10ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

### II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**PONTO 1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2014.**-----

**PONTO 2 - PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL.**-----

**PONTO 3 – PROJETO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DOM DINIS E PÓLOS.**-----

**PONTO 4 – PROC. 9327/D – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO NA REGULARIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO BRANCO & BRANCO, AO ABRIGO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO PREVISTO NO DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO.**---

**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo membro **Alcina Trindade**;----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Edgar Valles**, pelo membro **Carlos Barreto**;---

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal **Carlos Roda**, pelo membro **Pedro Martins**;---



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal **Paula Paço**, pelo membro **Sérgio Saruga**;---

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo membro **Raquel Rodrigues**; -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Maria João Loya**, pelo membro **João Pinto**;--

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **José Falcão**, pelo membro **Paulo Sousa**; -----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **João Curvêlo**, pelo membro **Luís Miguel Santos**. -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos 37 Membros da Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador, e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores Hugo Martins, Paulo César Teixeira e Mónica Vilarinho pela bancada do PS, Fernanda Mateus, pela bancada da CDU--

Havendo quórum, o **Sr Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO PÚBLICO**.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições.--

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

## PONTO 1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2014. -----

Presente para deliberação, a “PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2014”, de acordo com o proposto na informação nº Interno/2015/6713, de 2015-06-18, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 4ª Reunião Extraordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-06-22, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto. -----

*“Dada a palavra à Sra. Presidente, para a apresentação deste ponto, começou por lembrar que as contas com solidadas são apresentadas como decorre da lei 73/2013, em que as contas do município incluem as empresas que fazem parte do perímetro do perímetro atual, as quais, “além do próprio município, temos a Odivelas Viva e também os SIMAR. Sobre estas contas a Sra. Presidente fez sumariamente a sua apresentação, dizendo que “em relação ao município e às contas do município, acompanharam aquilo que foi a última prestação de contas, só fazendo aqui um breve reminder, para vos recordar, que foi a melhor taxa de execução de sempre em termos de cobrança, de 76,8%, ao nível das receitas correntes, e também ao nível da despesa, de 75,9%, e portanto do ponto de vista da execução orçamental estamos-nos a aproximar do que são as metas que nos exigem nos próximos anos, que nos aproximemos dos 85%. Ainda não conseguimos atingir esse valor, mas estamos longe dos 54, 55 e 60%, que tínhamos de execução orçamental há alguns anos atrás, e portanto há aqui já como se verifica o aproximar e uma melhor execução, fruto de orçamentos mais adequados e também mais emagrecidas face à previsão das receitas e das nossas despesas”.-----*

No âmbito do presente ponto **usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** --

**Tânia Beleza**, pela bancada do **PS** proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*“A Prestação de Contas consolidadas do município de Odivelas compreende também os SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e resíduos, e será apenas sobre este que agora se realçam algumas notas:-----*

*- A lembrança dos SMAS mantém-se ainda muito viva, um sistema de abastecimento de águas pouco eficiente (quantas horas, quantos dias com cortes de abastecimento, uns a seguir aos outros),*



Assembleia Municipal de Odivelas

contadores obsoletos, roturas constantes, resíduos por recolher ( 24 sob 24 sob 24 horas) serviços deficientes, clientes insatisfeitos, reclamações e mais reclamações. -----

- Relembrar que, com o acordo celebrado entre os 2 municípios, Odivelas e Loures, todos os direitos e obrigações transitaram na proporção de 43% e 57 % respetivamente. -----

- O consumo de água faturado em 2014, foi inferior em 2 pontos percentuais, em relação a 2013.-----

- Contabilizaram-se 23.5milhões € de dívidas vencidas, mas conseguiram-se estabelecer acordos para pagamentos faseados no montante superior a 2,2 milhões €.-----

- Dos Compromissos assumidos em 2014 – investimento – contam-se 3.847.324,00€, dos quais se procedeu ao pagamento correspondente a 66 %.-----

- O activo líquido ascendeu os 58,9 milhões, o passivo registou uma diminuição de 13%, contudo, a rubrica de provisões aumentou exponencialmente.-----

- Mas valeu o esforço, valeu todo o trabalho, valeu o recurso a outras instâncias, porque só assim, foi possível caminhar para o que sempre se desejou, deixar de ser cliente dos SMAS, passando a ser parte ativa nas decisões de um serviço intermunicipalizado, com uma gestão conjunta e que assegura a rotatividade na Presidência do Conselho de Administração.-----

- A participação de Odivelas na Gestão dos SIMAR, impulsiona um maior investimento, uma maior qualidade dos serviços, uma maior satisfação dos clientes. -----

No que respeita ao abastecimento público de água, recolha e drenagem de águas residuais e recolha de resíduos urbanos, Odivelas está agora a viver e a trabalhar numa viragem para ter um serviço à sua altura.-----

Estamos certos que o PS na Administração dos SIMAR, trará um serviço mais eficiente, mais sustentável e mais ecológico.”-----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Confesso que não tenho presente para quando é exigível a execução de, pelo menos, 85% daquilo que está orçamentado e que consta da Lei. -----

Ou seja, em que ano é que vai ser obrigatório atingir esta meta?-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*E depois a eterna pergunta. Até quando será incluído no orçamento o valor de 18 milhões de euros que exigimos pela instalação do município? -----*

*Será que, quando for exigida a execução dos 85% estamos em condições de incluir esta verba no orçamento?-----*

*Compreendemos que isso esteja a ser feito agora, até porque está a decorrer um processo em tribunal. Mas no futuro será isso possível?" -----*

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

**António Ramos** pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

*"Dada de novo a palavra à Sra. Presidente respondeu "às questões mais diretas que foram colocadas ao executivo", assim, "sobre a questão da execução, a verdade é que importa registar que esta foi a melhor execução de sempre, a melhor execução dos últimos anos, andámos muito tempo nos 50%, 52%, 60%, e agora chegámos a estes valores 75,9% e 76,8%, penso que temos que nos congratular, mas tendo em conta que a lei 73/2013 prevê como exigência os 85% de execução, que serão poucos os municípios neste momento que terão condições para o fazer, fá-lo com carácter recomendatório nos primeiros três anos, o que significa que até 2017, essa meta é uma meta de recomendação, a partir de 2017 o não cumprimento da meta pode ter, sanções e responsabilidade, tal como a meta que tínhamos da redução de pessoal dos 2%, e agora também da massa salarial que não pode ser superior ao ano anterior, a não ser que haja uma alteração a este quadro legal, que aliás que é uma das exigências do congresso de Troia que esta legislação possa ser objeto de alteração." -----*

*Em relação à questão do ressarcimento a Sra. Presidente disse ser uma questão a ver, e "que a partir de agora, tendo em conta que temos esses números, e essa missão de chegar aos 85%, este valor como continua a inflacionar de certa maneira a receita, poderemos ter que rever, e abdicar do princípio político que é tê-lo, no próprio orçamento, e de um princípio ainda de direito tendo em conta que não houve a sentença final dos recursos que fizemos, e não há um desfecho jurisprudencial, e portanto pela via da simbologia política e da simbologia jurídica, deveríamos manter, logo veremos se é possível ou não face a essa exigência dos 85%". -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*Em relação às demais questões a Sra. Presidente disse serem reflexões políticas e observações políticas, sobre as contas, que respeita, lamentando não ter tido a aprovação por unanimidade, porque "independentemente de ter maioria absoluta, luto sempre absolutamente para termos unanimidade, porque acho que isso nos reforça a todos, às vezes é possível, outras vezes não é possível, e é assim que vamos avançando".* -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção para referir que a diminuição da dívida é muito positiva mas que no seu entender se deve aos impostos que o governo entregou à Câmara Municipal.-----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os seguintes esclarecimentos.-----

*"Sobre as questões apresentadas a Sra. Presidente recordou que de acordo com o estudo da Universidade do Minho que deu aos membros da assembleia "as transferências dos municípios, no total desceram, via orçamento de estado, e que estão hoje ao nível de 2002, e a nossa despesa e os nossos edifícios, as novas escolas, novos equipamentos são mais", lembrando também "que nos ficaria muito bem reconhecer, que se alguém teve um comportamento exemplar no combate à recuperação da dívida foram os municípios portugueses, eles que gerem apenas 2% dessa dívida, 3% regiões, 95% do estado, e ainda assim, no que diz respeito dessa parte da dívida de 2%, foram mas muito mais além do que a administração central, ou seja, nós cumprimos o governo não cumprimos".* -----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do **PS** e **PSD**, com os votos contra das bancadas da **CDU** e **BE** com abstenção da bancada do **CDS/PP**.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Armindo Fernandes e António Ramos** pelas bancadas da **CDU** e **PS** respetivamente, que seguidamente se transcrevem.-----

**Armindo Fernandes** - -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*“Por imposição legal da nova Lei das Finanças Locais e, porque além da Câmara fazem parte do grupo municipal, a empresa participada Odivelas Viva S. A., a Municípalia que foi extinta em Outubro e, com a criação dos SIMAR de que a CMO passou a fazer parte desde Outubro passado, todas entram para o resultado final da presente Prestação de Contas Consolidadas, facto que consideramos positivo. -----*  
*Contudo, este facto só por si não é bastante para alterarmos o nosso sentido de voto, pois este Relatório refere-se ao Município de Odivelas e espelha o resultado do desenvolvimento de projetos, estratégias e opções políticas que não são partilhadas pela CDU e pelos seus eleitos.-----*  
*Em coerência, não nos revemos nos documentos apresentados para esta prestação de contas consolidadas, os quais espelham o resultado de algumas daquelas opções e prioridades políticas.-----*  
*Mais reafirmamos que esta análise não deixa de ter em conta nem esquece os efeitos nefastos da política de austeridade imposta ao país pelo atual governo, que insistentemente tem gerado fortes impactos negativos na situação económica e social, no empobrecimento das famílias, tal como impôs e continua a impor ao Poder Local, em especial aos municípios, um verdadeiro garrote financeiro que se reflete expressivamente nos documentos em apreciação.-----*  
*Sendo a taxa de execução global da receita de 76,8% do orçamentado, a taxa de execução da despesa de 75,9% do passivo, ambas acima das taxas de execução de 2013, ainda assim, aquém das metas desejáveis, que são na ordem dos 85%. -----*  
*No orçamento global para 2014, que rondou os 65 milhões de euros, só cerca de 1 milhão foram receitas de capital, pouco mais que nada, o que consideramos muito grave, pois isto significa cada vez menos investimento em prol da população do concelho de Odivelas. -----*  
*Como repetidamente temos vindo a dizer, as contas municipais, continuam cada vez mais a viver à custa das receitas correntes. Este facto só por si continua a confirmar a nossa posição crítica. -----*  
*Em relação à Odivelas Viva, embora a Câmara detenha 49% do capital social, é referido que estarão a ser desenvolvidos esforços e conversações para a aquisição por parte da CMO da totalidade das ações, mas enquanto isso não acontece, continua a influenciar as contas municipais. -----*  
*Por tudo o que resumidamente fica dito, o voto da bancada da CDU, só pode ser naturalmente um voto contra.” -----*

**António Ramos - -----**

*“No cumprimento do estabelecido na Lei 75/2013, de 3 de Setembro, lei que veio estabelecer um novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, e que obriga à consolidação das contas, o executivo Municipal apresenta-nos as contas consolidadas referentes ao ano de 2014. -----*  
*Recordamos que em 2014, além das contas do Município a CMO consolidou as contas da Municípalia EM e da Odivelas Viva, SA.,-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

No presente ano e por força das alterações entretanto verificadas, além das contas do Município e da Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos S.A. é excluída a Municipália E.M., por força da sua extinção, mas inclui os SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos entretanto construídos. -----

Além destas participações relembramos que a CMO detém ainda pequenas posições acionistas na Simtejo e na Valor Sul, posições que a lei não obriga que integrem a presente consolidação de contas.

Pretende-se com esta prestação de contas consolidadas, além do cumprir a lei atrás indicada, um maior e melhor controlo legal e político, uma mais e melhor controlo legal e político, uma mais e melhor informação financeira, mas também tornar mais claras as relações jurídicas financeiras existentes entre o Município de Odivelas e todas as suas participadas.-----

Já analisámos as contas dos SIMAR, analisemos então as contas do Município e da Odivelas Viva.-----

O Município – Quando da apresentação e aprovação de contas referentes ao ano de 2014 em 30 de Abril passado, realçamos aqui alguns pontos dos resultados obtidos, para nós muito importantes e que naturalmente aqui e agora teremos que relembrar: -----

- as taxas de execução orçamental atingiram os mais altos valores de execução, a receita com uma execução de 76,8 % e a despesas a situar-se nos 75,9%.-----

- as taxas de execução em receitas correntes situam-se nos 102,7% e as de capital apenas e só em 5,4%, estas a serem penalizadas pela menor transferência do OGE como da ainda não cobrança da verba orçamentada e a receber do Estado como custos de instalação do Município, contra quem decorre uma cação judicial. -----

Acção judicial que voltamos a afirmar, entendemos deverá ser levada até às últimas instâncias judiciais.

- um aumento de 7,850 milhões de euros no ativo líquido, com este a situar-se nos 196 milhões de euros. -----

- um Resultado Líquido do Exercício de 1, 820 milhões €. -----

- uma descida de 10,9% no passivo do Município, com uma também descida da dívida em 7,1 milhões de euros, ou seja uma redução de 17,4%. -----

Veja-se que em apenas 3 anos, 2012, 2013 e 2014 o Município reduziu a sua dívida em valores da ordem dos 21,1 milhões de euros. -----

Para os que aqui tudo criticam, permitam que diga que ficaria em tantas áreas, como este da redução da dívida. -----

Estes são factos importantes, muito positivos, entre alguns outros, que entendemos aqui destacar e relembrar em relação às contas de 2014 do Município. -----

-----  
-Analisemos a Odivelas Viva SA-----  
-----





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

No decorrer do ano de 2009 e de modo a poder avançar com a construção da Escola EB1/JI da Ramada, Casal dos Apréstimos e do Pavilhão Multiusos, foi construída esta empresa em cujo capital social a CMO detém uma posição acionista, minoritária, de 49%, tendo aqueles equipamentos sido colocados ao serviço de Odivelas e dos Odivelenses no início do ano de 2012 para o que foram celebrados contratos de arrendamento.-----

Se esta solução foi a que na altura se entendeu com a mais indicada, -----

No presente, e após contratos com diversas entidades, a Inspeção Geral de Finanças e o Tribunal de Contas, Entendemos que a sua internalização, com a consequente aquisição do restante capital, será talvez a melhor solução, solução que vai permitir ser a CMO a proceder a respetiva gestão. -----

Esta solução implicará uma natural redução a obter nos encargos a suportar pelo Município, em função de uma possível redução das taxas de juro mas também pela redução dos encargos da própria estrutura da empresa, valores que em nosso entender poderão ser muito, muito consideráveis.-----

Odivelas VIVA S.A, que no final de 2014 apresenta já resultados operacionais positivos de 1,4 milhões de euros e um resultado positivo de exercício de 2014 de 602 mil euros. -----

As contas consolidadas aqui apresentadas, com certificação legal, como também com o parecer favorável do revisor oficial de contas, representam o resultado das entidades analisadas e consolidadas. Representam também o bom desempenho orçamental do Município de Odivelas e das empresas consolidadas, Odivelas Viva SA., e SIMAR, empresa, onde finalmente Odivelas detém uma posição importante no seu capital, mas principalmente influencia os órgãos de gestão, como indicam os investimentos previstos no orçamento de 2014 e representam acima de tudo o rigor e capacidade de gestão do que são os dinheiros públicos, que ano após ano o executivo municipal continua a demonstrar e por isso tem merecido e naturalmente vai continuar a merecer a confiança dos odivelenses como a nossa total confiança." -----

Pelas 20h57m, foram interrompidos os trabalhos -----

Pelas 21h14m, os trabalhos foram retomados.-----

PONTO 2 - PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, o “PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL”, de acordo com a informação nº 003/DPUPE/FL/2015, de 2015-06-16, Folha 13779, aprovada na 4ª Reunião Extraordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-06-22 bem como o ofício nº 2015/12954, com refª: GGPAG/SAOM, remetidos pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto. -----

*“Dada a palavra para apresentação do PDM, a Sra. Presidente fez uma pequena apresentação para que os membros da assembleia pudessem “acompanhar aquilo que foi a evolução desde a última assembleia municipal e o que é que foi também a discussão pública e o relatório de ponderação”, sabendo que é à Assembleia Municipal “que caberá aprovar ou não este documento, tendo em conta que, do ponto de vista legal, este é o passo determinante para um trabalho, que foi um trabalho de grande sustentabilidade e de grande duração”. Na sua apresentação a Sra. Presidente começou por destacar “que o plano diretor municipal não é um plano que resolva todos os problemas do território, ele é um plano que é orientador de estratégias de desenvolvimento, é um documento, é um instrumento intermédio, porque temos acima dos planos diretores municipais os planos nacionais e PROTAML e, portanto, ele é um instrumento de grande escala, mas que também se concretiza nos planos de pequena escala, como os PU's os PAD's ou os planos de pormenor. Mas como documento estratégico e intermédio ele é de facto muito importante e é vital, daí também a importância histórica deste momento”. A Sra. Presidente destacou ainda que este PDM é, acima de tudo, “um documento que tem uma marca política, que tem uma marca técnica, a marca técnica hoje é claramente preponderante, como expliquei é um documento intermédio que tem de obedecer a outros planos nacionais de ordenamento do território, da REN e também das nossas próprias condicionantes, e como tal o grau de trabalho e de liberdade estratégica e política é cada vez mais pequeno, e cada vez mais residual, mas não deixa de ter também, obviamente, essa mesma estratégia que era no fundo ganharmos espaço, invertermos a tendência residencial, legalizarmos AUGI's, queríamos que com este PDM, não deixar nenhuma AUGI para trás, resolver problemas, que são problemas estruturantes, e é com este PDM, com os índices de majoração de 20%, que conseguimos junto da comissão de acompanhamento, com muita luta, e junto da CCDR”, que este PDM o permitisse. No que diz respeito à discussão pública, a Sra. Presidente informou que “foi uma discussão intensa, que integrou 10 sessões públicas, tivemos uma assembleia municipal extraordinária a 22 de janeiro, exposições itinerantes, Spots de divulgação, Spots de multimédia, atenderam-se presencialmente as pessoas, a par das sessões de esclarecimento, fizeram-se*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

*atendimentos presenciais, no total tivemos 500 presenças, 74 intervenientes, 223 questões, 20 participações escritas, cerca de 30% das sugestões escritas foram aceites e foram objeto do relatório de ponderação". Esclareceu ainda que depois da "aprovação aqui em assembleia municipal" os particulares serão informados "de que a sua sugestão foi acolhida", porque "não o poderíamos dizer antes da aprovação da própria assembleia municipal". A Sra. Presidente concluiu, dizendo que este "foi um trabalho de equipa", agradecendo "a essa grande equipa" e a todos os que dela fizeram parte. Para mais informações deu a palavra ao Sr. Arq. António de Sousa para fazer a apresentação em sistema de PowerPoint." -----*

**A Sr.ª Presidente da Câmara solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse concedido o uso da palavra ao Diretor de Departamento Sr. Arquiteto António Sousa, para apresentação do PDM em power point que se encontra arquivada na pasta da presente reunião. ---**

**No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -**

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, apresentou um ponto de ordem, para referir que a cópia do pdf sobre a apresentação do PDM não lhe foi ainda concedida.-----

**Pelo Sr. Presidente da Assembleia** foram prestados os esclarecimentos que teve por convenientes-----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, em nome individual.-----

**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*"O Partido Social Democrata procurou sempre discutir este tema tão estruturante para o Concelho e assim escolhemos cinco intervenções entre as dezenas de intervenções que fizemos ao longo dos anos. Na assembleia municipal do passado dia 19 de Junho de 2014, tivemos a seguinte intervenção, feita pelo companheiro Luís Salmonete, que foi a primeira."-----*

*Este é um novo PDM e não como muitas vezes se diz um PDM em revisão.-----  
É um processo complexo, que necessita de muito tempo para ser compreendido não só porque é composto de documentos extensos e uma série de mapas que são difíceis de entender, mas também*



Assembleia Municipal de Odivelas

porque a maioria dos deputados municipais não dispõe de meios, tempo e capacidade para analisar documentos desta natureza. -----

Vamos aos factos: Esta Assembleia Municipal Temática resulta de um pedido informal que fez o coordenador da Comissão de Planeamento Ordenamento do Território a Ambiente ao senhor presidente da Assembleia Municipal, e foi na sequência de uma sugestão do senhor vereador responsável no sentido haver uma apresentação do PDM à Comissão.-----

É evidente que, por uma questão formal foi a câmara a fazer o pedido de agendamento.-----

E aqui chegamos a uma encruzilhada e coloca-se a seguinte questão: -----

Como é que nós, Assembleia Municipal devemos e podemos analisar este documento após a apresentação que vai ser efetuada?-----

Numa perspetiva técnica ou numa perspetiva política? -----

Vamos unicamente aos factos. O que é que sabemos relativamente ao PDM? -----

1 – Sabemos que este processo teve início em 2001, ou seja no tempo da Comissão Instaladora; -----

2 – Sabemos que após a Comissão Instaladora já passaram treze anos, ou seja três mandatos completos; -----

3 – Sabemos que ao longo destes anos todos tivemos várias equipas externas na elaboração do PDM, salvo erro a Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e por último a entidade Ventura da Cruz Planeamento; -----

4 – Sabemos que, na câmara, a equipa inicial, melhor dizendo os responsáveis no período inicial não são os mesmos; -----

5 – Sabemos que a determinada altura o PROT AML atrasou o processo, se bem que há dois anos quando o governo suspendeu o processo de revisão do PROT AML a CCDR disse que se poderia avançar com os documentos existentes; -----

6 – Sabemos que não tivemos a documentação solicitada há muitos meses, documentação que entretanto chegou ao nosso poder no dia 2 de Junho do corrente mês; (Estamos a falar de uma intervenção em 2014). -----

7 – Sabemos que a assembleia municipal não tem instalações, meios técnicos e outros, os seus elementos não são profissionais, alguns não têm apetência, capacidade, interesse ou disponibilidade.----

No entanto, no sentido de tentar entender todo este processo a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente reuniu com o atual vereador responsável e com os técnicos, tendo solicitado alguns documentos e mapas. -----

As reuniões com os elementos da comissão foram uma primeira abordagem. -----

Este documento não pode ser analisado em bloco e a solução poderá ser uma análise sectorial e é isso que vamos tentar fazer, conjuntamente com técnicos da câmara que estão por dentro do processo de execução. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*

Tivemos há uns anos uma pretensa consulta pública, e dizemos pretensa porque não se pode pedir sugestões para a elaboração do PDM sem se explicar de que forma é que pode ser feita. -----  
Ou seja, a população não faz ideia de que modo é que pode contribuir para eventualmente melhorar este documento. -----

E aqui poderá haver de algum modo um contributo da assembleia municipal no sentido de se encontrar uma forma fácil de colocar este documento em consulta pública ajudando desta forma a câmara. Se esta assim o entender. -----

É fundamental encontrar formas de consultar a população e que meios são postos à disposição no sentido de entenderem todo este processo. -----

E depois de terminada a consulta pública qual é a margem que tem a assembleia municipal?" -----

No dia 19 de Junho de 2014, a nossa segunda intervenção foi a seguinte: -----

Quase todos os anos, temos afirmações dos responsáveis pelo processo de que esse ano é o ano em que se vai concluir o PDM e os anos passam e nada acontece e aparentemente não há desenvolvimentos. -----

E estas afirmações já começaram há muitos anos, mais concretamente e recorrendo aos meus registos em 20 de Novembro de 2002. -----

Numa entrevista ao JN o senhor presidente de então disse que o PDM estaria pronto dentro de dois anos. -----

No dia 4 de junho de 2004, numa entrevista ao jornal o Público, disse que o PDM entraria em vigor até 2006. -----

Mesmo a senhora presidente já disse várias vezes, que, este ano é o ano em que vamos concluir o PDM. -----

A verdade é que, desde que iniciámos todo este processo decorreram transformações no território.-----

A caracterização do território é diferente -----

O edificado é diferente do que existia em 2001.-----

Novas Urbanizações, novos equipamentos e novas acessibilidades. -----

Mas, se não podemos modificar o que está edificado no território, podemos e devemos ter uma ideia do que queremos para o futuro, tendo em conta as nossas limitações, tanto em termos legais como de espaço. -----

Queremos mais urbanizações, quando e se houver condições para tal? -----

Mais espaço para atividades económicas? -----

Apostar na recuperação ou requalificação do edificado? -----

Mais zonas Verdes? Mais equipamentos? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Tem de haver certamente uma ideia daquilo que queremos para o nosso território, e não deixar essa decisão para os técnicos, seja qual for a sua competência. -----*

*É essencialmente essa ideia de longo prazo, e isso parece não haver. -----*

*Ou, se pelo contrário ela existe, a assembleia municipal não tem conhecimento. -----*

*Depois há informações contraditórias. -----*

*Na assembleia municipal do passado dia 8 de maio a senhora presidente disse que tinha havido uma reunião com a CCDDR e que o processo do PDM ia à Comissão de Acompanhamento.-----*

*Ora, segundo sabemos pela informação que nos chegou através do senhor presidente da assembleia municipal é que a comissão de acompanhamento está extinta e foi por esse facto que não elegemos um membro da assembleia municipal para a comissão. -----*

*Ao mesmo tempo a senhora presidente colocou uma questão preocupante que foi a seguinte: -----*

*Temos de defender uma modificação da REN que permita a legalização dos Bairros de Génese Ilegal.----*

*Esta afirmação é nova e vem colocar um problema político importante. -----*

*Vamos descontar o que disse o primeiro responsável pelo município de que os bairros estariam legalizados até ao ano de 2006 e vamos deixar para lá o que se disse a senhora presidente há 4/5 anos de que havia todo o interesse em desafetar alguma área de REN que permitisse espaço para construção de habitação social ou que fosse desafetada alguma área junto à zona da Paiã para atividades económicas. Agora é diferente.-----*

*O que a senhora presidente disse na assembleia do dia 8 de maio, foi que, face à impossibilidade de se legalizarem todos os bairros de génese ilegal conforme foi prometido anteriormente e que já sabíamos não ser possível, há agora um obstáculo que é a REN. -----*

*Ora esse obstáculo assim como as zonas de risco sempre existiram, apesar de estarem agora melhor referenciadas. -----*

*Nós, que escutamos a senhora presidente com toda a atenção, consideramos que o que disse é preocupante e espero que esse argumento não seja utilizado para a eventual não legalização de alguns bairros que foram prometidos, mas que já se sabia há muito não poderem ser legalizados, porque as limitações já existiam anteriormente. -----*

*Queremos também saber se, para lá da morosidade do processo e de alguns obstáculos legais, houve a determinada altura desinteresse ou incompetência, ou se, por outro lado há uma explicação lógica para estarmos a elaborar um novo PDM há 13 anos. Isto foi dito há um ano.-----*

*Isto não quer dizer que se deva apressar a conclusão do PDM, até porque que se saiba o PDM existente não impediu o desenvolvimento de novas urbanizações, a criação de zonas verdes ou a construção de equipamentos. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

O que não é aceitável é que, se tenha ao longo dos anos deixado correr o processo sem que o órgão deliberativo tenha sido informado das intenções reais dos responsáveis, isto para lá da situação um pouco irritante de estarmos a ouvir constantemente, que - este ano é que é. -----  
E depois não é." -----  
-----  
-----

**Miguel Galante**, pela bancada do **PS**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve: -----  
-----

*"Começo esta intervenção por saudar, em nome da bancada do PS, na pessoa do Arquiteto António Sousa, a equipa técnica que preparou o PDM de Odivelas que vamos apreciar nesta sessão da Assembleia Municipal de Odivelas.-----*

*Sob o olhar atento de el-rei D. Dinis, um rei visionário, Odivelas está prestes a concretizar um passo decisivo rumo ao futuro, para a sua afirmação como uma terra de oportunidades. Um passo que tem o cunho socialista e que marcará este mandato do Executivo Socialista da Câmara Municipal de Odivelas. A partir de agora, os destinos de Odivelas estão nas mãos dos Odivelenses. A discussão pública do PDM foi realizada e com grande sucesso e participação cívica, demonstrando, mais uma vez que em Odivelas Abril se cumpre todos os dias.-----*

*Este foi um processo aberto e participado, de responsabilidade partilhada, em que os odivelenses tiveram a oportunidade de partilhar a sua visão e os seus pontos de vista para a estratégia de desenvolvimento do concelho.-----*

*Recordo que foi nos idos de 2004, portanto, há cerca de 10 anos atrás, com a adoção da linhas de orientação estratégicas que se começou verdadeiramente a desenhar o PDM de Odivelas. Numa primeira fase do processo de elaboração do PDM, ocorreu em 2006 a Participação Pública Preventiva, com a realização e vários seminários temáticos que permitiram uma primeira auscultação da população com o intuito de proporcionar uma intervenção cívica mais esclarecida sobre este documento central para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho. Embora a lei não o exigisse, o Executivo considerou (e bem) que esta era uma etapa importante para a construção do PDM.-----*

*E já neste ano o PDM foi objecto de uma ampla discussão pública, que durou seis semanas e que teve início no dia 7 de janeiro nos Paços do concelho, percorrendo as antigas setes freguesias. As salas estiveram cheias e foram muitas as questões suscitadas e os esclarecimentos prestados, demonstrando que este é um PDM que faz parte do futuro de Odivelas e irá contribuir para construir um território melhor.-----*

*As sessões públicas de apresentação e esclarecimento do PDM foram acompanhadas de uma exposição itinerante, que sintetizava em 10 placards os principais conteúdos do PDM, tais como a*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature and initials]*

*Caracterização do Território, as Condicionantes legais do Território ou o Plano de Orientação Estratégica. As peças que compoñham esta exposição também estiveram expostas nas estações de Metro da Pontinha e de Odivelas enquanto decorreu o período de discussão pública do PDM. -----*

*Foram distribuídos desdobráveis nas Juntas de Freguesia e colocados MUPs por todo o concelho com a informação das datas das sessões públicas de esclarecimento. A população interessada teve ainda oportunidade de consultar o PDM on line, no espaço criado para o efeito no site oficial da Câmara Municipal de Odivelas e que continha os documentos em consulta e os elementos que acompanham o PDM (inclui também outros elementos complementares), para além de uma formulário para participação. Ao todo foram realizadas nove sessões publicas. Os números do processo de discussão publica são esclarecedores e falam por si: mais 500 presenças nas Sessões de Esclarecimento com mais de 70 intervenções da população nas sessões de esclarecimento. Contam-se ainda 20 participações escritas e 25 atendimentos presenciais no espaço criado para o efeito na secção de atendimento do Departamento de Gestão Urbanística da CMO, tendo-se contabilizado um total de 260 questões colocadas junto da equipa técnica do PDM de Odivelas.-----*

*São números que demonstram que o empenho do Partido Socialista no fomento de uma “cultura participativa” em que o envolvimento dos cidadãos é uma prioridade – Para o PS, as pessoas estão no centro das decisões! -----*

*Acrescem ainda os debates que foram realizados em sede da Assembleia Municipal, o último dos quais aconteceu durante o processo de discussão publica, no dia 22 de janeiro, numa demonstração de que o Executivo nada tem a esconder. Os senhores deputados tiveram a oportunidade expor as suas questões e de suscitar esclarecimentos junto da equipa técnica e dos decisores políticos. -----*

*Hoje, o PDM de Odivelas apresenta um modelo de desenvolvimento territorial que visa afirmar o papel do nosso concelho no contexto metropolitano, dinamizar a actividade económica e qualificar Odivelas como espaço urbano e humanizado, acabando de uma vez por todas com estigma da periferia e suburbanidade dos tempos de Loures. -----*

*“Nós somos do tamanho dos nossos sonhos”, afirmou a Presidente Susana Amador na sua intervenção na cerimónia de celebração do 16.º aniversário da criação do nosso concelho, da libertação do jugo de Loures e de um PDM do passado, do betão e avançar para um PDM de 2.ª geração.-----*

*O nosso sonho é afirmar Odivelas como uma terra de oportunidades, uma terra boa para viver, para crescer, para trabalhar, para estudar e para investir. Afirmer a identidade de Odivelas no espaço urbano da Área Metropolitana de Lisboa. É isso que o novo PDM de Odivelas irá permitir, dar asas para voar e sonhar.-----*

*O futuro constrói-se hoje, aqui e agora!” -----*

-----  
-----





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

**Fernando Painho**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, em nome individual.-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para referir que as escolhas são políticas, pelo que pretende ser esclarecido se a carta de solos irá mudar dentro de 1 mês. -----

**Isabel Coelho**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para referir que a elaboração do Plano Diretor Municipal é hoje diferente daquilo que era feito há uns anos atrás. E o que permite marcar a diferença a nível de alteração e gestão de um PDM prende-se sobretudo com o princípio do desenvolvimento sustentável. Considerou ainda que as diversas políticas municipais devem ser pensadas de forma integrada e coerente através do estabelecimento de parcerias e consensos entre os diversos atores locais. -----

**Domingos Cabaço**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que será transcrita em ata -----

*“As duas intervenções anteriores foram respetivamente a introdução e intervenção inicial de 5 minutos. Esta foi a 1ª intervenção no ponto propriamente dito e a 3ª intervenção na assembleia municipal que se realizou no dia 19 de Junho de 2014: -----*

*Apesar da falta de alguns mapas, alguns muito importantes, que ainda não recebemos, temos hoje mais informação e sabemos um pouco mais relativamente ao PDM. -----*

*Não houve tempo para uma análise mais aprofundada, nem esta assembleia municipal foi marcada com esse intuito.-----*

*Assim, futuramente, iremos colocar mais perguntas.-----*

*No entanto há cinco questões que gostaríamos de colocar desde já em cima da mesa e tendo em conta dos dados que dispomos: -----*

**1 – REGULAMENTO** - Ainda não houve tempo de comparar o Regulamento em vigor com o novo Regulamento para ter-mos uma ideia de quais são as mudanças, nomeadamente: -----

- Os índices de construção mínimos e máximos exigidos em termos de atividades económicas, agora que nos deparamos com novas realidades em termos de grandes superfícies comerciais; -----

- Saber se vai haver ou não um aumento do edificado, até porque já se fala que uma das propostas que estão em cima da mesa é a do aumento dos índices de construção. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

**2 – PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS V3-1.04 de Março de 2014 –** Temos de facto a Planta onde estão demarcados os Alvarás de Iniciativa Particular e as Operações Urbanísticas de Iniciativa Particular, entre outras. -----

O mapa anterior que temos em nosso poder (desenho nº 23 de Abril de 2008) mencionava os nomes dos proprietários dos Alvarás e dos Processos de Licenciamento em curso e este nada menciona tornando-se pois menos claro no que respeita à informação prestada. -----

Solicitamos assim, desde já, que seja fornecida uma lista completa dos nomes dos detentores dos Alvarás de Iniciativa Particular e dos nomes dos detentores das Operações Urbanísticas de Iniciativa Particular, sejam eles empresas ou particulares, para tornar todo este processo mais claro. -----

Queremos igualmente saber o que é que evoluiu em termos de Processos de Licenciamento em Curso em 2008 para as Operações Urbanísticas de Iniciativa Particular. -----

**3 – PLANTA DE ORDENAMENTO – USOS DO SOLO –** Esta Planta é completamente nova em relação ao que existia anteriormente nomeadamente, o desenho nº 26 de Janeiro de 2009 que se designava USO E OCUPAÇÃO DO SOLO -2005. -----

Então o território estava separado por áreas: Área Agrícola, Área Edificada Consolidada, Área de Edificação Dispersa, Área Florestal, Área Industrial e muitas outras. -----

Agora temos novo desenho e novas designações para os espaços, designadamente entre outras as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (cerca de 18) e dentro dessas, as Áreas de Manutenção Condicionada onde está a chamada Vertente Sul e a Vertente Nascente. -----

Vamos pedir um esclarecimento sobre estas áreas e sobre qual é o objetivo de atuação, até porque se diz no Programa de Execução e Financiamento que – Estas Unidades abrangem áreas para as quais se perspetiva uma orientação estratégica na sua execução. Acrescenta-se que – São áreas fundamentais, para a prossecução dos objetivos de modelo territorial e para a efetiva execução do plano. -----

Portanto sendo elas tão fundamentais, pretendemos um esclarecimento mais pormenorizado. -----

**4 – PLANTA DE ORDENAMENTO – ÁREAS SUJEITAS A PREVENÇÃO DE RISCOS – V1-1.03 de Março de 2014 -** Nesta Planta o que salta à vista é a diminuição da Área marcada como Área Ameaçada por Cheia. -----

Podemos verificar pelo Mapa do Domínio Público Hídrico de 2003 a amplitude das cheias de 1967 e de 1983 que ocupava neste mapa uma grande faixa da várzea. -----

No Mapa de Janeiro de 2009 (desenho nº12) essa área diminuiu significativamente em parte devido à intervenção do INAG quando da construção da CRIL e isso verifica-se entre a zona das Patameiras e a Escola Avelar Brotero. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

Mas no Mapa atual de Março de 2014 essa área diminui ainda mais. A pergunta que se coloca é a seguinte: -----

O risco de cheia diminui com a elaboração de Mapas? -----

O que é que aconteceu de 2009 para cá que fez diminuir o risco de cheia, para lá de uma pequena intervenção que temos conhecimento? -----

5 – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL DE ODIVELAS – Não foi entregue este mapa e logo com podemos cruzar com os dados que temos em nosso poder e que vêm mencionados numa carta da CCDRLVT com data de 13 de dezembro de 2013 na qual são colocadas algumas reservas relativamente à versão final da proposta de delimitação da REN. -----

Nesta carta são colocadas questões relativamente à Reserva Ecológica Nacional de Odivelas e às deficiências vertidas na proposta de PDM. -----

Segundo dizem, muitas questões carecem de alteração ou fundamentação que entretanto foram supridas mas verificam-se ainda algumas deficiências em termos de conteúdo, nomeadamente da fundamentação das exclusões e das plantas. -----

A CCDDR diz que a câmara mantém a fundamentação e nada refere quanto ao cumprimento dos condicionalismos, sendo imprescindível que para as exclusões que mereceram parecer favorável condicionada, a Câmara venha a completar a fundamentação no sentido de garantir o cumprimento dos condicionalismos aí estabelecidos. -----

No que respeita à Planta de Condicionantes com sobreposição da REN, deverá ser adotada a REN com identificação das exclusões e deverá proceder-se à sobreposição com todas as Plantas de Condicionantes. -----

Mas é evidente que não podemos verificar esses factos porque não recebemos a carta da REN bruta com as exclusões. -----

Muitas outras questões estão referenciadas nesta carta e não temos tempo para referir todas, no entanto quero mencionar especificamente duas questões, a primeira relativa às áreas inundáveis ou sujeitas a cheias que têm de merecer a concordância da APA e de cumprir o disposto da Lei da água. -----

E também relativamente à regulamentação das Área de Manutenção Temporária e Manutenção condicionada a proposta apresentada é menos clara e não assegura devidamente a alternativa de não viabilização nas edificações/usos, nomeadamente: -----

Das Áreas de Manutenção Temporária foi retirado o reconhecimento de que definitivamente são situações inadmissíveis. -----

É feita referência à possibilidade de demolição ou reconversão, importando esclarecer se tais são as únicas possibilidades. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*

*Considera-se que a possibilidade de reconversão, pelo menos para edificações, só se afigura passível de ser ponderada quando se está perante um conflito com o regime de uso do solo, não numa situação de risco.* -----

*Para as Áreas de Manutenção Condicionada os estudos técnicos a realizar serviam para concluir quando à admissibilidade e legalização das construções, enquanto agora servem para definir as medidas ou obras corretivas para a sua legalização, ou seja, parte-se já do pressuposto da viabilidade das construções.* -----

*Verifica-se assim que a regulamentação das Áreas de Manutenção Temporária e de Manutenção Condicionada foi alterada, afigurando-se mais permissiva, pelo que a mesma carece de reponderação.--- É pois, importante saber, o que os responsáveis dizem sobre estas questões que são levantadas pela CCDDR relativa à Reserva Ecológica Nacional de Odivelas.* -----

*Será que nos estamos a preparar para legalizar habitações em zonas instáveis?* -----

*Há muitas lacunas e colocam-se muitas interrogações que vamos tentar entender o mais rápido possível.”* -----

**José Pignatelli, pela bancada do CDS/PP,**-----

*“Esta sessão da assembleia municipal ficará na história do concelho: pela primeira vez, em dezasseis anos, é proposto aprovar um Plano Director Municipal especificamente para Odivelas. Passaram onze anos sobre a aprovação das “Linhas de Orientação Estratégica para o concelho de Odivelas”.*-----

*Hoje, um PDM é muito mais que a regularização de parâmetros urbanísticos. É o documento estratégico fundamental para o futuro do concelho em áreas sociais, económicas, culturais e, naturalmente territoriais do ponto de vista urbanístico, da mobilidade e ambientais. O documento deve responder essencialmente aos objectivos estratégicos como:*-----

- Na antecipação às pressões da promoção imobiliária;*-----
- Na admissão de novos conceitos de estruturação e qualificação urbana programada;*-----
- Na introdução de um modelo ambiental, explicando claramente uma estrutura ecológica e verde urbana e em rede;*-----
- Na segmentação da organização urbana existente em AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) e respetivas envolventes;*-----
- Na avaliação mais sistematizada das necessidades crescentes da população residente, nomeadamente na mobilidade interior (dentro do concelho) entre freguesias, e também de ligação aos concelhos limítrofes, particularmente com Loures, para onde, agora, infelizmente, passaram as centralidades dos*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*serviços públicos de saúde, da Autoridade de Saúde Pública, onde nasceu o hospital concelhio Beatriz Ângelo, se mantêm os serviços personalizados da Segurança Social, os serviços centrais da EDP (a eléctrica portuguesa que dispensou a presença na Loja do Cidadão do espaço comercial Odivelas Strada). Neste domínio, acresce a urgência de perfilar a rede viária, indicando uma ordenação das vias mediante as características de utilização, e redefinir o próprio trânsito no sentido da resolução parcial da ausência de estacionamento. Aliás, como resultado desta particularidade, não se vislumbram resoluções no domínio da integração dos cidadãos com mobilidade reduzida.-----*

*O PDM que se apresenta, não evidencia estes parâmetros, antes promete equacioná-los em fase subsequente. -----*

*Importaria também que o novo Plano Director Municipal impulsionasse mecanismos que poderemos considerar de gestão urbanística ou seja, que permitam pensar o território numa perspetiva mais próxima da realidade, tais como: -----*

- Programação das redes de equipamentos, reconfigurando o seu cadastro e otimizando as infraestruturas existentes dos diversos sistemas;-----*
- Potenciar a disponibilização de novos espaços para equipamentos essenciais e zonas verdes;-----*
- Assegurar a gestão de benefícios e encargos entre os intervenientes através de fórmulas compensatórias e potenciar a elaboração de planos de urbanização de pormenor; -----*
- Atender aos requisitos das atividades económicas que interessa atrair, num momento de estrangulação das pequenas empresas de carácter familiar, principalmente na atividade comercial. -----*

*Este PDM não vincula estes mecanismos e ainda nos mostra alguns equívocos. Senão vejamos: -----*

- Ao contrário do que se faz acreditar, aumentará a densificação do espaço urbano porque aumenta o índice do solo urbano utilizável de 0,70 para 0,80 no solo urbano residencial consolidado e no solo urbanizável para residências; enquanto a densidade habitacional passa de 55 fogos por hectare para 65, mantendo-se apenas o número de pisos;-----*
- Também nas AUGI, com alvará emitido ou processos de reconversão a decorrer, será possível uma majoração das variáveis urbanísticas existentes em 20%;-----*
- Mudou-se o destino dos terrenos municipais que foram designados por Centro Administrativo, na Urbanização da Ribeirada, relativamente à proposta inicial do PDM: serão um espaço para urbanização de nível 1, onde se poderá construir pelo menos 5 lotes com um máximo de oito pisos;-----*
- Também a carta com a delimitação da REN Bruta - ZAC (zonas ameaçadas pelas cheias) que se apresenta não é a mesma que foi objecto de parecer da ARH, Administração da Região Hídrica do Tejo e Oeste, que pertence à Agência Portuguesa do Ambiente. De salientar, que a carta da ARH é a que tem*



Assembleia Municipal de Odivelas

a delimitação obtida para a cheia centenária, com a modelação realizada para resposta à "Diretiva Inundações"(DQAI, período de retorno  $T = 100$  anos), conforme enquadramento legal.-----

É fulcral analisar os parâmetros que consubstanciam este PDM, num nível mais minucioso. Ou seja, por via do sistematizado cruzamento de dados. Isso não se revela. Assim, amputa-se o PDM enquanto mecanismo organizador e criador de uma estratégia global – sempre política, mas também técnica -, para o concelho de Odivelas. -----

Perante a actual crise nacional - que continua a reflectir-se bastante nos sectores da indústria da construção - importaria ser ambicioso ao traçar um novo ideário para a gestão do município: partir do pressuposto que teremos de economizar; que não existem disponibilidades económicas para demolir e construir. Portanto impõe-se habilitar a requalificação para revitalizar.-----

Este é o novo paradigma para Odivelas e para a maioria dos concelhos do País. Esta é a prescrição dada pelo presente e o futuro próximo. -----

É confrangedora esta proposta do PDM apresentar as opções estratégicas para a valorização do território do concelho que dependem fortemente dos fundos comunitários, atribuídos em sede da estratégia integrada de desenvolvimento territorial da Área Metropolitana de Lisboa, conhecida por "Estratégia 20-20". Aliás, as mesmas preferências que se encontram integradas no Orçamento e Grandes Opções do Plano, para este ano, e que devem decorrer num ciclo até 2017. Dificilmente se vão concretizar, em virtude dos fundos comunitários relativamente exíguos para a Área Metropolitana de Lisboa, como todos sabemos.-----

-----  
**Pedro Roberto**, pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
"As duas últimas intervenções anteriores que tivemos e que queremos aqui deixar foram feitas no passado dia 22 de Janeiro de 2015 e a primeira foi a seguinte: -----

Tivemos conhecimento que o PDM iria ser colocado em discussão pública. Não podemos dizer em boa verdade que fomos surpreendidos, pois a senhora presidente já tinha dito que isso mesmo iria acontecer. O que nos surpreendeu verdadeiramente foi a metodologia adotada, melhor dizendo, foi de facto estranho que os deputados municipais só tivessem tido conhecimento da apresentação na ante véspera, através de um mail enviado pelo senhor presidente da assembleia municipal. -----

No que diz respeito à câmara municipal segundo sabemos os senhores vereadores também não tiveram conhecimento atempadamente. Mas isso não é um problema nosso.-----

No que diz respeito à Assembleia Municipal houve de facto alguma falta de cuidado em informar a mesma em tempo útil. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

*E não é lógico que isso tivesse acontecido, até porque a assembleia municipal procurou obter sempre a maior informação possível assim como a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente. -----*

*Em 2014 requeremos uma reunião extraordinária que se realizou dia 19 de Junho tendo nessa altura solicitado alguns documentos que nunca chegaram, apesar de os termos solicitado antes e durante a reunião. -----*

*Na reunião da comissão deliberámos por unanimidade enviar uma carta ao senhor presidente da Assembleia Municipal a manifestar desagrado por esta atitude. -----*

*Como podemos nós, assembleia municipal, formular um juízo, ainda que não pormenorizado se não temos os documentos que solicitámos, mais concretamente as respostas que foram dadas às objeções da CCDR e que foram pedidas? -----*

*A Proposta de Regulamento está no site há cerca de 2/3 semanas mas só ontem é que a recebemos em suporte de papel e não a analisámos detalhadamente. -----*

*Como já disse na carta enviada ao senhor presidente sugerimos uma assembleia municipal extraordinária ou um ponto para ser agendado numa assembleia municipal. -----*

*Penso que, para tomar conhecimento da apresentação do PDM, nesta fase, basta um ponto, até porque deveremos ser certamente chamados a uma discussão mais profunda relativamente aos conceitos políticos adotados e esta apresentação provavelmente será um primeiro passo. -----*

*Assim, no sentido de agilizar algum debate que certamente surgirá após a apresentação, sugerimos ao senhor presidente da assembleia municipal a seguinte metodologia: -----*

*1º - Que a apresentação do Plano Diretor Municipal seja feita de forma simples e clara de modo a que todos entendam quais as modificações mais importantes que foram operadas em termos de mudança de uso do solo (caso se tenham verificado), e quais os motivos invocados para tal; -----*

*2º - Quais as principais mudanças no Regulamento em relação à versão atual.-----*

*Para lá do esclarecimento destes dois pontos, que consideramos fundamentais para um melhor entendimento de todo este processo, pretendíamos saber se existe algum plano/objetivo para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente em termos sociais, económicos, ambientais, requalificação e mobilidade. -----*

*Agora que estamos num período complicado de fraco crescimento económico, quais deverão ser as prioridades e quais os caminhos que são apontados no PDM, para lá do que já foi feito. -----*

*Temos o Regulamento, as Cartas da RAN, REN e há a Planta de Ordenamento (Usos do Solo) que contém as UOPG.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*Sobre estes temas vamos procurar reunir com os técnicos para uma explicação mais detalhada.” -----*

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira.**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, em nome individual.-----

**Carlos Lopes**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

**Sérgio Saruga**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

*“Dia 22 de Janeiro de 2015 fizemos uma segunda intervenção que foi a seguinte: -----*

*É nossa convicção que qualquer falta de informação é falta de informação à Assembleia Municipal e assim sendo é ao senhor presidente da Assembleia ou a Assembleia no seu todo que terá de se pronunciar, se quiser como é evidente. -----*

*A verdade é que uma boa parte de nós não tem tempo, não tem apoio técnico e não tem meios.-----*

*Muitos de nós não se interessam por este tema, outros não sabem e não procuram saber outros ainda não têm tempo devido à sua vida profissional. -----*

*Apesar de todas estas limitações é obrigação da câmara fornecer em tempo útil à Assembleia Municipal toda a informação a que está obrigada. -----*

*E a nossa missão é analisar os documentos que nos chegam, mas isso terá de ser feito com tempo.-----*

*Por vezes dá a sensação que para a câmara, a assembleia municipal é um entrave ao seu funcionamento e só são colocadas questões despropositadas, embaraçosas e até muitas vezes inconvenientes. -----*

*A verdade é que todos somos responsáveis, em maior ou menor grau, no desempenho em qualquer órgão para o qual fomos eleitos. E fomos todos eleitos diretamente. -----*

*Há obviamente responsabilidades diferentes. -----*

*Vejamos o ponto que estamos a discutir. O PDM. -----*

*Numa situação normal o mesmo deveria ter sido ser apresentado primeiro ao executivo, e segundo sabemos, não foi. -----*

*Seguidamente deveria ser apresentado aos senhores presidentes e executivo das Juntas e Uniãos de Freguesia. -----*

*A seguir deveria ser apresentado à Assembleia Municipal.-----*

*Não sabemos se deveria ser esta a ordem, mas tinha alguma lógica que assim fosse. -----*

*Seguidamente deveria ser colocado em discussão pública conforme determina a Lei. -----*





Assembleia Municipal de Odivelas

Foi feito desta forma? Claro que não. -----

O munícipe foi colocado em pé de igualdade com os responsáveis das freguesias ou uniões de freguesia no que diz respeito à informação prestada, pois tomaram conhecimento ao mesmo tempo. -----

A Assembleia Municipal teve de agendar um ponto, se quis ficar a conhecer o PDM em discussão pública. -----

A discussão pública é para quê? Para a população dar contributos? -----

Então e os autarcas que vivem e discutem os problemas regularmente nos diversos órgãos? -----

Como é que se espera que haja contributos se a informação não chega atempadamente? -----

Lamentamos que o PDM tenha sido colocado em discussão pública sem uma prévia informação aos órgãos eleitos. -----

Esta apresentação foi útil mas deixa muito pouco espaço para eventuais contributos que poderiam ser dados. -----

No Assembleia Municipal do dia 19 de Junho de 2014 pedimos expressamente que assim que a Proposta de Regulamento estivesse pronta solicitaríamos uma reunião para aprofundar este documento.

Não houve qualquer objeção, antes pelo contrário, o executivo manifestou toda a sua disponibilidade. ---

Mas a Proposta de Regulamento que está agora em discussão pública nunca chegou ao nosso poder, ou seja, chegou agora, apesar de a termos solicitado há cerca de 7 meses. -----

Está no site há cerca de 2/3 semanas mas só ontem recebemos o documento em papel. É evidente que não houve tempo para o analisar. -----

**ORDENAMENTO – NÍVEIS DE OCUPAÇÃO DO SOLO** -----

Nesta apresentação não se pode comparar o que não é comparável, tendo em conta as novas classificações de uso do solo e poderá levar-nos a leituras diferentes. Vejamos. -----

Em 1994 – 42% do terreno era solo Urbano/Urbanizado e 27% Urbanizável. -----

Em 2014 – 58% é solo Urbano/Urbanizado e 6% é solo Urbanizável. -----

Podemos dizer, que, partindo do pressuposto que todo o solo Urbano/Urbanizado e Urbanizável é solo que irá ser ocupado na sua totalidade há de facto uma redução de 5% em relação ao PDM de 1994. -----

Mas isso é partir do princípio que todo o solo com capacidade para ser urbanizável em 1994 iria de facto ser urbanizado e nada nos garante que isso pudesse ter acontecido. -----

Também podemos chegar a outra conclusão a partir de dados concretos e verificar que o solo Urbano/Urbanizado em Odivelas passados 20 anos é efetivamente muito maior do que o existente em 1994, ou seja a área de ocupação passou dos 42% para os 58%. -----

Na prática um aumento de 35%. -----

Podemos de facto ter duas leituras, mas o que está á frente dos nossos olhos é a densidade da construção na área das Colinas do Cruzeiro e neste momento não sabemos o que aconteceria noutras áreas apetecíveis se não tivesse havido a recessão que existe em termos económicos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Existe hoje uma quantidade enorme de apartamentos devolutos a maior parte detidos pelos bancos em resultado de falta de pagamento por insuficiência económica por parte de quem comprou esses apartamentos. -----

E existem muitas dezenas de construtores que não conseguem vender. -----

Esta é a situação real, não só em Odivelas mas por um pouco por todo o país. -----

PLANTA DE ORDENAMENTO – USOS DO SOLO – MAPA V1-1.1 DE Março de 2014 -----

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão -----

No nosso território são cerca de 18 unidades, com vários objetivos. -----

Na Assembleia Municipal do dia 19 de Junho solicitei uma explicação pormenorizada relativamente a estas áreas que nunca foi dada. -----

As explicações são dadas no Regulamento, mas como só ontem tivemos ocasião de o receber da forma que solicitámos desde o início do mandato, ainda não tivemos ocasião de fazer uma leitura mais atenta. Iremos fazê-lo brevemente. -----

Desde já fica uma pergunta – Qual a percentagem do território abrangida por estas UOPG? -----

30%/40%? -----

PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS – Planta V3-1.04 de Março de 2014 -----

Este Mapa não tem os nomes dos proprietários ao contrário de um mapa que temos em nosso poder mas que está desatualizado. -----

O Mapa recebido no ano passado não continha estes nomes e chamámos a atenção para esse facto. Quando chamámos a atenção para esta falta de informação houve um compromisso por parte da senhora presidente que isso seria fornecido ou seja que o mapa viria completo. Mas até agora nada e já lá vão 7 meses. -----

Pensamos que não há nada a esconder e por isso não compreendemos porque é que os mapas mais recentes contêm menos informação do que mapas anteriores. -----

RAN: RAN FINAL – CARTA SÍNTESE - DESENHO 3 -----

Esta Carta que nos foi entregue no ano passado e que é datada de Junho de 2012 é diferente da carta que nos é apresentada no Power Point. -----

A Carta apresentada no Power Point, que tem data de Abril de 2012 é anterior à que nos foi entregue e é diferente porque inclui a área que permanece e a área a excluir. -----

A carta de temos em nosso poder, que foi entregue no ano passado contém a área que permanece e a área a acrescentar para consolidação da RAN. -----

Assim, nos necessitamos da Carta apresentada no Power Point a fim de fazer algumas perguntas que se impõe, nomeadamente no que diz respeito às áreas a excluir e os motivos que levaram a estes pedidos.

A Carta que temos em nosso poder é correta, mas porque é que não nos foi facultada a carta com o pedido das exclusões e com as áreas excluídas que é agora apresentada? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Porque é que a carta que consta do Power Point da apresentação é diferente da que nos foi dada? -----  
No "Power Point" que nos foi fornecido e que foi hoje apresentado existem Mapas que são  
incompreensíveis. -----

Entre outros e só mencionando três, que são: -----

- ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL; -----

- ÁREAS URBANAS DE GENÉSE ILEGAL – EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; -----

- CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS SUJEITAS A PREVENÇÃO DE RISCOS. -----

Estes Mapas têm pequenas manchas com cores diferentes, que correspondem a diversas situações no  
terreno, mas como não há sobreposição sobre o mapa cartográfico tornam-se ilegíveis desconhecendo-  
se em pormenor a sua exata localização. -----

Este facto é tanto ou mais incompreensível porque a Proposta de Regulamento é clara neste aspeto ao  
dizer no artigo 5º no seu número 3, o seguinte: -----

"No levantamento topográfico à escala do projeto das operações urbanísticas, deve proceder-se à  
transposição e aferição posicional da implantação do objeto sujeito a condicionante assim como da  
representação cartográfica das áreas condicionadas, de modo a melhor determinar as faixas de servidão  
constantes da legislação em vigor aplicável". -----

Ora, algumas das áreas nestas cartas contém áreas condicionadas e assim não compreendemos porque  
nos são apresentadas num formato minúsculo, sem qualquer referência cartográfica pormenorizada e  
não nos são entregues para análise as cartas que existem à escala de 1:10.000 sobrepostas à  
cartografia existente. -----

Estas foram algumas perguntas que deixámos. -----

-----  
-----  
**António Monteiro**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração  
de voto, em nome individual. -----

-----  
-----  
**Miguel Ramos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para referir que no que respeita ao PDM  
é notória a diferença de entendimento entre os vereadores do PSD na Câmara Municipal e os deputados  
municipais desse partido. -----

-----  
-----  
**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

-----  
-----  
"Quem não conhece o passado não pode ambicionar o futuro. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Tenho primeiro de fazer uma declaração de interesses. Não temos qualquer parcela de terreno no território de Odivelas, não estamos envolvidos em qualquer negócio e não representamos qualquer interesse instalado. A única coisa que nos move é o interesse pelo tema. -----

As intervenções anteriores que fizemos, foram feitas em momentos marcantes nesta assembleia e serviram unicamente para demonstrar o interesse com que o Partido Social Democrata acompanha desde a primeira hora todo este processo que, efetivamente, teve o seu início em 2001 pela Comissão Instaladora. -----

Recordo que os primeiros Estudos de Caracterização foram distribuídos por vários elementos do nosso Partido que se encarregaram de elaborar um resumo dos mesmos. -----

Quando se dá início a este processo e quando isso é do conhecimento de pessoas mais bem informadas poderá haver a tentação de procurarem uma modificação do uso do solo desde que dessa modificação resultem mais-valias. -----

Mais, quando o processo se arrasta ao longo de muitos anos poderá haver a tentação de se comprarem terrenos não urbanizáveis para transformá-los em terrenos urbanizáveis. -----

Há uma frase que não me canso de repetir que resulta do facto de o valor de determinado terreno, vale de acordo com o seu proprietário. -----

Temos exemplos que podem ilustrar bem esta informação. -----

É óbvio que agora essas situações são mais difíceis de ocorrerem devido a vários fatores, tais como, novos responsáveis, situação económica desfavorável e mecanismos de controlo mais eficazes na proteção de determinadas zonas. Para lá disto as áreas apetecíveis em Odivelas começam a escassear. No entanto ainda houve espaço neste PDM para algumas mudanças de uso do solo e para um aumento dos índices de construção. -----

São temas que vamos acompanhar em pormenor para aferir da oportunidade destas alterações e se eventualmente existem destinatários. Pensamos que não mas vamos estar atentos. -----

Um reparo que temos de fazer em todo este processo é que, no nosso entender, faltaram explicações simples e compreensíveis tanto para população como para os autarcas. -----

Relativamente aos autarcas em exercício, sejam da assembleia municipal sejam das freguesias entendemos que a consulta aos mesmos não foi a mais adequada. -----

Bem, podem dizer – Explicámos o que nos foi perguntado. -----

É verdade, tanto o vereador responsável como os técnicos envolvidos estiveram sempre disponíveis para responder às perguntas que foram sendo colocadas. E aí, penso que não houve dúvidas. -----

Só que, muitos de nós não sabíamos o que perguntar. -----

Houve falta de tempo para compreender um processo tão complexo. -----

Uma sugestão que fizemos há uns anos, não foi aceite e ela teria facilitado a compreensão. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*Comparando o PDM atual para o que vamos hoje aprovar o que é que há de novo? -----  
Para esta pergunta aparentemente simples não obtivemos uma resposta satisfatória. -----  
Bastava colocar o mapa em vigor e sobrepor o mapa com as modificações operadas de uso do solo em determinados locais e tínhamos seguramente uma explicação mais simples. -----  
Uma outra questão tem a ver com as áreas sujeitas a cheias que, de mapa para mapa foram diminuindo. Sabemos as intervenções que foram feitas, mas, mesmo após essas intervenções que já estão contempladas no desenho nº 12 de Abril de 2008 e no desenho nº 12 de Janeiro de 2009, elas são modificadas pelo desenho nº V1-1.3 de março de 2014 sem que haja uma explicação para tal. -----  
E nota-se essas alterações em algumas áreas da várzea e na Quinta do Barruncho. -----  
É evidente que não temos tempo para desenvolver mais em pormenor algumas objeções e por isso deixamos só estas notas nesta primeira intervenção.” -----*

**Joaquim Campos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, em nome individual. -----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, em nome individual. -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para questionar o Executivo Municipal se o PDM foi levado a Reunião de Câmara por uma questão política, ou se há algum argumento técnico ou legal, que faça com que a Câmara tenha que o aprovar anteriormente à deliberação da Assembleia Municipal. -----

**Luís Santos**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para referir que também o BE se queixa da falta de documentação. -----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara Municipal** para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

*“Dada a palavra à Sra. Presidente para responder às questões que foram colocadas pelos membros da assembleia, procurou fazer uma síntese, uma vez que não poderia “estar a responder individualmente, como devem calcular, porque muitas das questões foram feitas de forma escrita e com muitas análises e reflexões”, e respondendo “a algumas das questões embora elas não queiram resposta, são posições*



Assembleia Municipal de Odivelas

políticas muito claras e muito expressas em relação ao documento”. Assim, a Sra. Presidente reiterou “que este é um documento que tem uma dupla natureza, uma natureza política e uma natureza técnica”, reiterando igualmente “a questão da estratégia política que está subjacente ao mesmo, que obviamente tem, mas que está obviamente condicionada e limitada por um conjunto de instrumentos de ordenamento e por um conjunto de espirais legais que nos limitam e os quais temos que respeitar”, e que “tem esta dupla natureza, com o espaço político, a meu ver, cada vez mais pequeno”. Esclareceu ainda que este é “um PDM que se preocupa acima de tudo com as pessoas e com o território, preocupa-se com as pessoas sim, e com as pessoas que vivem em AUGI's, e voltaremos a falar das áreas urbanas de génese ilegal porque não podemos escamotear, porque 30% do nosso território é ocupado com AUGI's, e mal seria se este PDM descolasse ou não acompanhasse este processo ao qual temos que estar todos atentos, porque vivem pessoas com expectativas e com preocupações às quais nós temos que responder, sempre de acordo com as balizas legais, e daí a preocupação” da “necessidade da majoração de 20%, com AUGI's com alvará emitido”, e que é também um PDM que se preocupa “com a habitação a custos controlados” bastando ver o artigo 70 do regulamento, e que é assim “um PDM que se preocupa com os parâmetros urbanísticos, sim, mas na expectativa mais uma vez, de não ser um PDM expansivo”. -----

Dizendo que “este PDM atual não foi expansivo, no sentido que nunca esgotámos os índices”, a Sra. Presidente esclareceu que este PDM faz uma revisão em baixa de 5% do mesmo, voltando a repetir, “que nos preocupamos com os parâmetros urbanísticos no sentido do reequilíbrio, como disse inicialmente de todas as funções, passando para a função empresarial, para a função verde e para a função social”. Continuando na caracterização deste PDM disse ser este um PDM que se preocupa também “com a turistificação do concelho e com uma aposta de futuro num dos concelhos que é dos mais centrais da área metropolitana, geoestratégico do ponto de vista de posição, bem servido de acessibilidades”, e que este “PDM vai ao encontro dessa preocupação da turistificação, com o roteiro do pão e da água, da qual agradecemos os contributos, que foram muito importantes, dos senhores presidentes de junta, que puderam intervir em todas as sessões, que puderam livremente também dar os seus contributos e os quais foram muito importantes nesta componente turística em particular e por isso agradecemos a sua participação”. -----

A Sra. Presidente acrescentou ainda que este PDM foi também “muito escrutinado e fiscalizado, independentemente do que possam dizer, a verdade é que todos estes documentos tiveram parecer positivo de todas as entidades”, quer a CCDDR, quer as demais entidades, emitiram parecer favorável, o que significa que este PDM é ímpoluto, inteiro e limpo em termos daquilo que é a transparência das suas peças e a legalidade das suas peças e que independentemente das posições políticas que possam cada um esgrimir, que não se duvide da legalidade e da transparência deste documento, e destas opções que estão aqui vertidas”. E considerou também que este é um PDM democrático e transparente, pois,



Assembleia Municipal de Odivelas

*“enviámos todos os documentos obrigatórios legalmente exigíveis a esta assembleia municipal, disponibilizámos, como foi reconhecido, para reunir, para com as comissões competentes falar, e entregar tudo aquilo que fosse necessário”, e que fomos o único município que fez uma discussão preventiva do PDM, em 2006”, como “primeira discussão pública que não era obrigatória, e nós fizemo-la, fizemos fóruns em todas as freguesias, onde as questões foram também aí discutidas”, sendo um PDM sem défice democrático, “porque foi para além da lei, daquilo que são as exigências do ponto de vista da participação”. Quanto ao tempo necessário para a elaboração deste PDM, “Odivelas não fez mais nem melhor, acabou por acompanhar a média dos outros municípios”, lamentando “que no nosso país os sucessivos governos não percebam o quanto tempo se perde”, e sobretudo também “o investimento financeiro que um PDM implica”. A Sra. Presidente lembrou igualmente que “este é um documento de várias vontades e de várias entidades, não é um documento só da Câmara Municipal de Odivelas, como bem sabem”, e que havendo muitas vontades há aqui também “muitos tempos diferentes, e que levaram a esta média duração do próprio PDM, assumindo nós também as nossas próprias responsabilidades, porque também as teremos, necessariamente, porque somos humanos, logo erramos também, e muitas vezes poderíamos ter mais agilidade, mas a verdade é que a delonga não foi do tempo técnico da câmara, as delongas foram essencialmente provocadas por todas estas vicissitudes que vos narrei e que vos deixei aqui”. Sobre a questão da betonização a Sra. Presidente lembrou que é algo que “surge sempre nestes tempos”, próximos de eleições, acrescentando que “o próprio PowerPoint foi muito claro em relação a quem betunizou, embora isso hoje em dia não interessa, o que interessa é o futuro mas temos sempre que olhar para o passado, tal como foi feito aqui, e a verdade é que nós só utilizámos 60% do que o próprio PDM previa”, e que “as grandes urbanizações, a grande densidade que aqui se falou, não foi feita nestes 15 anos, e esse mito tem de ser desmontado, porque a Radial, a Ribeirada, a Codivel não foram feitas na gestão do partido socialista, a grande urbanização aprovada, e se não estou em erro sem votos contra, ainda no mandato do Dr. Manuel Vargues, foi as colinas do cruzeiro, e que obedece aos parâmetros do PDM, mas que sabemos que tem de facto densidade, embora tente equilibrar respostas comerciais e empresariais e espaços verdes e jardins infantis, do ponto de vista do planeamento e do ordenamento”. Em relação à carta de cheias a Sra. Presidente considerou que “o mapa não foi encolhendo, houve e foi tido em consideração o conhecimento das cheias históricas de 67 e 83, e depois as intervenções que foram sendo feitas, e que foram feitas em colaboração com o INAG, ARHTEJO e APA”, e que sendo as regularizações feitas e acompanhadas “tinha que haver, necessariamente, essa mesma desclassificação”. Sobre o plano de mobilidade a Sra. Presidente esclareceu que “o PDM apresenta um levantamento, é uma caracterização da rede rodoviária, da rede de transportes do concelho”, e que “na planta de ordenamento o uso do solo é integrado, com base nos estudos de caracterização, uma proposta de hierarquização da rede viária, cuja execução está prevista no programa de execução e financiamento”, acrescentando também que “o PDM*



Assembleia Municipal de Odivelas

prevê ainda a realização de outros estudos relacionados com esta temática”. Esclareceu também que “o artigo 10.º, n.º 2, salvaguarda a necessidade de se preverem locais para a realização de cargas e descargas, sem os quais poderá ser declarada a incompatibilidade da proposta relativamente ao uso do solo. O anexo sétimo do regulamento do PDM, apresenta perfis de via incluindo passeios, estacionamento e arborização em caldeira. Para o solo rural é possibilitada a largura de faixa e estacionamento”, e informou que “além do já implementado voltas, iremos ter o Voltas 2 já em setembro, o PDM reserva espaços canais para acomodar uma rede de transporte coletivo em sítio próprio, percursos cicláveis ao longo da Várzea possibilitando a ligação pelo eixo Amadora-Odivelas-Loures”. Em relação ao Centro Administrativo a Sra. Presidente considerou que “a verdade é que o espaço que temos é um espaço de equipamento, temos lá neste momento o jardim da ribeirada, portanto, um espaço verde, que permitirá que no futuro, de um ponto de vista de conservação e de equipamento se possa no continuar a seguir um caminho, ou um percurso, ou uma opção neste mesmo sentido”. -----

O Sr Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **PS** e **PSD**, com os votos contra das bancadas da **CDU**, **BE** e **CDS/PP**. -----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Luís Salmonete**, **José Pignatelli**, **Carlos Lopes**, **Fernando Painho**, **Armindo Fernandes**, **António Monteiro**, **Lúcia Lemos**, **Joaquim Campos**, Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**., pelas bancadas do **PSD**, do **CDS/PP**, do **PS**, e as restantes em nome individual, respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----

**Luís Salmonete**-----

“É óbvio que este é um momento importante na vida autárquica e especialmente para o Partido Social Democrata que há muito tempo vem chamando a atenção para a conclusão do Plano Diretor Municipal de Odivelas.-----

Sempre nos batemos para que houvesse clareza na explicação e transparência na decisão.-----

É um processo altamente complexo e se não for devidamente explicado pode gerar desconfiança resultante em parte do desconhecimento.-----





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*

*Se bem que, não nos possamos queixar pois recebemos uma grande parte da documentação pedida e a outra que não chegou, não é muito relevante, a forma como decorreu todo este processo ao longo dos anos não foi de molde a um perfeito entendimento. E não falamos só do cidadão comum. -----*

*Falamos dos autarcas que devem acompanhar o processo e para todos nós foi um processo difícil, não só porque não temos meios nem tempo, o conhecimento necessário e isso resulta do facto de os órgão deliberativos necessitarem de mais apoio que os habilitem terem um maior conhecimento quando tomam determinadas decisões.-----*

*É evidente que também existiram indefinições a nível do poder central principalmente as que resultaram das adaptações ao PROT que posteriormente foram abandonadas.-----*

*Afinal estamos hoje a aprovar um PDM com as adaptações resultantes do PROT de 2002, mas que ainda não contempla a nova Lei dos Solos.-----*

*Nunca criámos obstáculos a pequenas modificações ao PDM no sentido da legalização de alguns bairros de génese ilegal ou de zonas específicas de alguns desses bairros. -----*

*Estivemos disponíveis para a desafetação de algumas áreas da REN, desde que essas modificações tivessem como objetivo, por exemplo, a construção de habitação social ou áreas de usufruto comum.-----*

*Se eventualmente vai haver aproveitamento por parte de alguém, desconhecemos. Pensamos que não, mas só o tempo se vai encarregar de o confirmar. -----*

*De acordo com a informação que nos foi facultada e daquilo que fomos tendo conhecimento ao longo destes anos estamos de consciência tranquila e por esse facto vamos aprovar o PDM.-----*

*Aliás não poderia ser de outro modo, dado que há muitos anos estamos a pedir a conclusão do PDM."-----*

**José Pigantelli** - -----

*"Um PDM - Plano Director Municipal - é o documento mais importante de qualquer município, por revelar a estratégia de desenvolvimento territorial, ou seja a política municipal de ordenamento do território e do urbanismo e restantes urbanidades. Um PDM terá forçosamente de estar integrado e ser articulado de acordo com um conjunto de orientações e leis, constituídas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional, sobretudo no ponto de vista da organização e do eventual crescimento urbano que fica condicionado por avaliação ambiental estratégica, reserva agrícola e ecológica entre outros parâmetros, como as áreas sociais, económicas e culturais.-----*

*Um Plano Director Municipal é um documento eminentemente técnico cuja aprovação e prática resulta de uma decisão política, da vontade política de quem administra o Município de Odivelas, neste caso a coligação pós-eleitoral entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*Também no entendimento que se tem sobre o futuro estratégico do desenvolvimento do território que se confronta com enormes dificuldades de mobilidade e de gestão da rede de transportes terrestres; ainda, de riscos ambientais, âmbito onde se incluem inundações e cheias, sismos e ou deslizamentos de terras; na fragmentação da estrutura urbana existente nas AUGI e envolventes; na programação e critérios das redes de equipamentos.*-----

*Esta sessão da assembleia municipal ficará na história do concelho: aprovou-se, pela primeira vez, um Plano Director Municipal especificamente para Odivelas, que enferma de várias contradições e omissões de pormenores fundamentais que já aqui detalhei em anterior alocução, deixando-as para uma fase futura o que nos deverá preocupar a todos.*-----

*O PDM de Odivelas podia ser o orgulho de todos nós, os eleitos nesta assembleia municipal, mas não é: acima de tudo, é pouco ambicioso ainda que anuncie obras estruturantes relativamente interessantes, mas megalómanas face às disponibilidades financeiras públicas e privadas. O PDM não se compromete com a face determinante da qualidade de vida dos munícipes: a requalificação e revitalização dos espaços urbanos e não urbanizáveis existentes, perspectivando um futuro sustentável a médio prazo e equacionando o envelhecimento dos habitantes das zonas mais antigas, a ausência da protecção social e uma solução para a habitação a custos controlados.*-----

*E volto a repetir: é angustiante esta proposta do PDM apresentar as opções estratégicas para a valorização do território do concelho que dependem fortemente dos fundos comunitários (enquadrados na "Estratégia 20-20") que dificilmente se vão concretizar em virtude das disponibilidades diminutas destes fundos para a Área Metropolitana de Lisboa, como todos ficámos a saber recentemente, em sessão desta assembleia municipal.*-----

*Este não é o PDM do CDS-PP. Por isso, votámos contra. E resta-nos acompanhar a execução do documento e a sua actualização no decurso da sua vigência.*-----

**Carlos Lopes** - -----

*"Hoje encerra um ciclo importante para o Município de Odivelas!"*-----

*O Plano Director Municipal elaborado e aprovado por executivos Concelho de Loures chega ao fim da sua vida!*-----

*Para traz fica uma matriz de Território que promoveu a densidade de construção, a ausência de desenho urbano, de défice de espaço público de qualidade, a carência de programação de equipamentos colectivos, de recreio e lazer,*-----

*A única política para as Áreas de Génese Ilegal foi a sua manutenção, adiando assim o sonho das populações em ter uma habitação legal.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

*Na essência, o passado traduziu-se na ausência de estratégia territorial que gerasse desenvolvimento.---*

*Na nossa memória não está distante a luta do Partido Socialista pela melhoria das condições de vida da população através do desenvolvimento territorial. -----*

*Pugnou pela resolução dos problemas da rede de acessibilidades e dos transportes públicos, em resposta ao precariedade diária de mobilidade que os munícipes do actual Município de Odivelas viveram durante décadas.-----*

*Também, na melhoria das políticas municipais de acesso à educação primária, dos apoios sociais, do ambiente e ao desenvolvimento da economia local; -----*

*Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal,-----*

*Após a constituição do Município de Odivelas em 1998, inicia-se um caminho que define um novo rumo para recuperar o défice de qualidade de vida os munícipes estiveram vetados.-----*

*Foram traçadas políticas e princípios orientadores para o desenvolvimento do Município.-----*

*É definida uma uma estratégia territorial e elaborados estudos sectoriais para melhor conhecer o Território. -----*

*Apesar das vicissitudes legais no tempo, hoje, é deliberado e aprovado o Plano Director Municipal elaborado no Município de Odivelas.-----*

*Muitos são os desafios que o município enfrenta e que a crise de 2008 semeou. -----*

*Os cortes e restrições orçamentais a que os municípios estão sujeitos desde 2011, vem gerando menor capacidade de implementação de políticas públicas, investimento e gestão do Território. -----*

*A diminuição do rendimento e empobrecimento dos munícipes através do aumento brutal de impostos, do desemprego, do corte de vencimentos e pensões, promove a sua menor capacidade de intervenção no desenvolvimento do Território. -----*

*Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, -----*

*O Partido Socialista defende um território sustentado e coeso, onde as assimetrias são corrigidas e a igualdade de acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas estão asseguradas de forma sustentável. -----*

*Pugna por políticas publicas locais que, promovam o equilíbrio ambiental e a preservação do património cultural, que desenvolvam a economia e sociedade locais e estimule a qualidade de vida dos cidadãos.-*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Com a aprovação de hoje está aberta uma nova janela para o futuro do município de Odivelas. -----*

*Pelos motivos apresentados, a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odivelas votou favoravelmente o Plano Director Municipal de Odivelas.-----*

**Fernando Painho - -----**

*“Quando apreciamos a proposta de um novo PDM importa perceber o modelo de governação que o sustenta. -----*

*Uma vez mais afirmamos que esse modelo é essencialmente político. -----*

*Ora todos na aparência concordamos que o anterior modelo baseado na expansão urbanística e nos investimentos imobiliários intensivos é um modelo esgotado. -----*

*Coloca-se então a questão de saber se a proposta de PDM em apreciação contempla a necessária rutura com esse modelo que se caracterizava por sustentar a governação no crescimento urbano, leia-se, no facilitismo de novos licenciamentos e na aprovação de urbanizações que pelo seu peso e dimensão em muitos casos desequilibravam profundamente os territórios. -----*

*Aconteceu assim como bem sabemos e com particular relevância após a entrada para a zona euro quando a aposta em bens não transacionáveis e em particular no imobiliário tomou um peso desmedido na economia portuguesa. Empurrados igualmente pelas leis gerais que de certo modo condicionavam e condicionam a gestão dos municípios aos interesses de grupos especulativos e da alta finança, assistimos a um crescimento que em muitos casos consubstanciava um aumento para além dos limiares críticos das cidades. -----*

*Mas eis que a crise eclode e vem pôr cobro ao desvario! Então muitos dos que não conseguiram ler atempadamente a situação e continuavam a gerir os seus concelhos como se nada estivesse para acontecer começaram a “colocar os pés no chão”. Afinal havia mesmo habitações a mais (cerca de 200 000 em todo o País)! E só no concelho de Odivelas, mais de 10 mil fogos devolutos! -----*

*Afinal iam mesmo por água abaixo projetos megalómanos escorados em grandes empreendimentos imobiliários e nos quais se tinha investido o grosso da política de desenvolvimento urbano. Era afinal com esses projetos que contavam para conseguir algum desenvolvimento e era a esses projetos que muitas vezes se hipotecavam solos municipais estratégicos para a reestruturação dos Concelhos. -----*

*Seria pois de esperar que a atual proposta de PDM refletisse a rutura com esse modelo, rutura essa aliás assumida verbalmente pela Maioria. -----*

*Do nosso ponto de vista essa rutura está longe de se refletir na proposta de PDM. -----*



Assembleia Municipal de Odiveelas

*Desde logo e curiosamente por diversas vezes se vem acentuar que afinal o Concelho não está ainda muito betonizado. E cabe perguntar olhando à volta: então o que é um território densamente betonizado? Acrescentava ainda a Sra. Presidente que não era nem seria um território densamente betonizado até porque a atual proposta de PDM contemplava uma diminuição de cerca de 5% da área de solo urbano ou urbanizável. Diríamos que por vezes a frieza dos números nos tolhe a razão! -----*

*Olhemos pois para os parâmetros urbanísticos propostos e para o seu real significado. Em primeiro lugar e como sabemos a utilização dos territórios tem a aferi-la índices como os de utilização máxima ou de ocupação máxima dos solos bem como a densidade expressa em fogos/ha ou habitantes/ha ou km2. ---*

*No PDM ainda em vigor o índice máximo de utilização no solo urbano e urbanizável é de 0,7. -----*

*Na proposta de PDM o índice é de 0,85 no solo urbano consolidado de nível 1 central e no urbanizável central. -----*

*No que respeita às zonas urbanizadas e urbanizáveis residenciais o índice sobe igualmente de 0,7 para 0,8. -----*

*Também as densidades permitidas em fogos/ha são agora aumentadas o que significa que no mesmo espaço se poderão concentrar mais fogos e consequentemente mais pessoas mais carros, mais necessidade de infraestruturas etc. -----*

*Importa talvez questionar aqui o seguinte: -----*

*Se consideramos que o atual modelo está esgotado então qual o motivo que leva a estes aumentos de índices? -----*

*Não seria razoável que por exemplo em espaços ainda urbanizáveis se reduzisse os índices para valores significativamente mais baixos, tentando por aí também induzir alterações de qualidade no próprio desenho urbano? -----*

*Não seria razoável esperar que essa ponderação pudesse conter eventuais futuros apetites especulativos e contribuísse para a viragem no sentido de um urbanismo de maior qualidade até porque tendente a uma diluição da própria pressão populacional sobre todos os sistemas? -----*

*Não seria razoável aproveitar o atual quadro para conter a betonização dos já mais que betonizados espaços centrais consolidados? -----*

*Não seria razoável que a proposta de PDM apontasse positivamente para a reabilitação desses espaços em vez de ser permissiva com novas e mais volumosas eventuais construções? -----*

*É que como bem se sabe não se trata apenas de ter em conta o que já está construído e que de facto ultrapassa por vezes os índices definidos. O aumento de índices abre inevitavelmente novas portas! -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Assim pode dizer-se que a atual Maioria diz que o tal modelo anterior de gestão está esgotado mas não tira daí consequências práticas. Talvez pelo contrário! -----*

*Como explicar a alteração de uso de solo nas Granjas Novas? Será que continuam a pensar que a solução está em atracar esses terrenos a uma qualquer nova proposta de OTECH? Então e em termos de imaginar um Concelho não faz mais sentido a anterior utilização prevista para equipamentos e espaços de lazer? Será que continuam a sonhar com a construção de mais e mais fogos naqueles terrenos? Temos de facto uma visão diferente. Pensamos que aqueles terrenos devem manter o uso indicado no PDM de Loures. -----*

**Armindo Fernandes - -----**

*Vai hoje esta Assembleia tomar uma decisão sobre o Plano Diretor Municipal. Decorridos mais de quinze anos desde que se iniciou o seu processo de elaboração, demasiado tempo que deve merecer a melhor atenção de todos os eleitos.-----*

*A Maioria que gere o Município veio justificar todo este atraso, toda esta demora, com o contexto exterior ao Concelho, com a complexidade legal e com as múltiplas entidades, a que de forma, mais ou menos, direta, o PDM tem que reportar. -----*

*Queixou-se esta Maioria (PS/PSD), das sucessivas alterações ao quadro legal, do normativo complexo que é preciso respeitar, das diversas entidades. -----*

*Sejamos claros:-----*

*Também nós achamos que este quadro legal é demasiado "pesado", embaraça a eficiência do Poder Local, pior que isso, tenta muitas vezes enredá-lo numa teia de leis e normas que custam muitas horas e muito dinheiro ao erário público. -----*

*Diríamos, no entanto que, a tudo isto, é preciso somar a falta de vontade política desta Maioria que criticando sistematicamente o PDM que vinha de Loures, preferiu, ao invés de assumir responsabilidades, usá-lo como "carapaça" para uma política urbanística do caso a caso.-----*

*Talvez por isso mesmo, nunca tenham aceitado as propostas que lhes fizemos e que iam no sentido de uma clara contenção na aprovação de novos licenciamentos e urbanizações.-----*

*Aliás, caberia aqui perguntar, do que se queixam realmente os responsáveis municipais? -----*

*Dos governos PS e PSD que, paulatinamente, mas de forma nada inocente, foram introduzindo toda esta complexidade? -----*

*E se assim o entendem, então quais foram os motivos por que não os denunciaram atempadamente? --*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Conclua-se, pois, da sua falta de razão ou pelo menos, da sua complacência, em relação àquilo que agora vêm criticar. -----*

*Uma outra nota que não podemos deixar de relevar, prende-se com a pretensa neutralidade, que querem fazer crer que caracteriza este PDM. -----*

*Dissemos nesta Assembleia que não há planeamento neutro, que os planos contêm opções políticas e que essas opções são da exclusiva responsabilidade dos políticos que as sustentam. -----*

*Pretendem fazer querer que o quadro legal dos PDM conduz a planos de índole puramente técnica, responsabilizando, por essa via, os técnicos que os elaboraram, é uma grosseira distorção das realidades, como aliás, teremos ocasião de mais à frente demonstrar.-----*

*Mas, pior que isso: é aceitar a substituição das responsabilidades políticas pela tecnocracia pura e dura!*

*Trocar o tipo de utilização de um determinado solo, por outra, não é propriamente, uma opção dos técnicos, é uma decisão política! -----*

*Alterar índices urbanísticos, aumentá-los ou diminuí-los, não é uma opção técnica, é sim uma decisão política! -----*

*Aceitar alterações pontuais aos planos existentes, caso-a-caso, são decisões que responsabilizam essencialmente os políticos. -----*

*Se assim não fosse caberia perguntar, o que fazemos aqui, se nada mais nos sobra que cumprir normas e pareceres que emanam dos técnicos e de entidades exteriores? -----*

*Todos sabemos muito bem que as questões, pese embora algumas vezes a sua complexidade técnica, são essencialmente dirimidas no plano político.-----*

*Por tudo isto e por muito mais que não cabe no tempo que dispomos, é bom que afastemos de vez o "fantasma" da neutralidade dos planos! -----*

*Assumam-se pois as responsabilidades políticas desde o plano mais lato, ao plano local. Assumam-se essas responsabilidades a começar pelo modelo de elaboração e de discussão do PDM. -----*

*Assuma-se que marginalizar os Presidentes de Junta e os seus Executivos, na elaboração e discussão do PDM, não é uma questão técnica, é antes, uma decisão política que aqui já repudiámos. -----*

*Tal opção não decorre nem de imperativos legais nem é fruto de imposições técnicas, mas antes, é o corolário de orientações políticas que tendem a minimizar o papel das Freguesias. -----*

*Assuma-se que a elaboração de um PDM, em todo o seu desenrolar, deve envolver o mais possível, as populações a que diz respeito, e se tal não aconteceu, isso não é responsabilidade dos técnicos, mas sim, do poder político. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Não queremos, contudo, deixar ainda de referir, que nenhum dos elementos que solicitámos ao Executivo, nos foram fornecidos até ao momento. -----*

*Sabemos que algumas das solicitações que fizemos, nomeadamente as que respeitavam a cartas de sobreposição, podem, por diversas razões, ter alguma complexidade, mas não podemos aceitar que não nos seja feita qualquer justificação. -----*

*Por outro lado, estranhámos que tais cartas, não integrem a proposta de Plano, em apreciação. -----*

**António Monteiro** – -----

*“Quero cumprimentar-vos e aproveitar para saudar também todos os técnicos municipais que, ao longo destes últimos anos, de forma laboriosa, esmerada e empenhada, contribuíram para a elaboração do primeiro PDM do concelho de Odivelas. -----*

*Recentremos o debate naquilo que deve ser o debate. -----*

*O que nos interessa aqui hoje discutir não são as opções técnicas do Plano, nem a versão do PSD em modo “PDM Canal Memória”, mas sim as opções, as prioridades e as soluções políticas que o mesmo contempla. Repetimos, uma vez mais, que o conteúdo deste PDM, como de qualquer outro, é subordinado a decisões políticas que, apenas comprometem e responsabilizam quem dirigiu todo este processo. -----*

*O PS, só passados quase 17 anos desde a criação do concelho, consegue concluir e aprovar o - por si intitulado - “PDM possível”. -----*

*Só que o concelho de Odivelas necessitava bastante mais do que deste quase inevitável “PDM possível”. Necessitava de um PDM de vistas largas, ambicioso, que abrisse novos caminhos, com uma visão estratégica de futuro no contexto metropolitano em que o concelho se insere. Necessitava de um PDM não manietado por opções políticas imediatistas e desacertadas. Um PDM que apontasse, de forma explícita e determinada, para um novo tipo de desenvolvimento e, insistiremos sempre nisto... por muito que tal custe a ouvir ao PS e ao PSD, que apontasse para um claro corte com o ciclo de betão – um PDM assente, em matéria de eixos estratégicos fundamentais, na qualificação ambiental e territorial, na coesão socio territorial e na qualificação socioeconómica. -----*

*Decerto que, com a gestão da CDU, teríamos um plano municipal de ordenamento do território diferente. A valorizar mais o território e as pessoas. A contribuir de forma bem mais incisiva para uma maior fixação de atividades económicas e para o aumento da oferta qualificada de emprego. Um plano com outras respostas ao nível da melhoria ambiental no concelho e das necessidades de equipamentos,*





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*serviços e espaços de lazer. Com um maior investimento previsto na melhoria do espaço público e das áreas pedonais, na melhoria das acessibilidades e dos transportes coletivos. Sem esquecer a requalificação urbana e paisagística das zonas mais degradadas e o reforço impreterível da aposta no realojamento das centenas de munícipes que ainda residem em habitações precárias.-----*

*Para terminar e procurando concretizar/ilustrar a visão e abordagem distinta que temos sobre algumas das aludidas matérias, elenco apenas três breves exemplos concretos, que complementam outros já aqui hoje trazidos à colação pela nossa bancada:-----*

*O PS/PSD na Câmara Municipal - ignorando de forma muito conveniente ou conivente que é o PDM que regula o ordenamento - que não são os interesses privados que ditam as regras para a sua elaboração - excluíram da carta da RAN e REN espaços importantes para, a curto prazo, avançarem para a legalização de empresas que se instalaram clandestinamente e de forma abusiva nessas mesmas áreas, empresas essas que foram sempre prevaricando, quer poluindo o ambiente, designadamente os cursos de água, quer causando múltiplos danos à população;-----*

*O segundo exemplo diz respeito à requalificação do Mercado de Odivelas. A requalificação do Mercado, que tem um relevante valor estratégico para a cidade de Odivelas, no papel que esta pode assumir na regeneração da malha urbana da cidade de Odivelas entre a Av. D. Dinis e a Rua Gil Eanes - no núcleo antigo do centro de Odivelas - onde o mercado se insere e na dinamização económica e social que este pode alavancar, não merece, nas intervenções estruturantes prioritárias do PDM – nos encargos e financiamentos previstos pela Câmara Municipal - nenhuma menção precisa, seja no projeto/ação de Reabilitação do Centro Histórico de Odivelas, seja noutro qualquer. Isto apesar de toda a propaganda do executivo em torno da futura requalificação da Av. D. Dinis e da reabilitação do Centro Histórico de Odivelas, como se fosse possível a plena concretização de qualquer uma das duas sem a requalificação do Mercado; -----*

*Por fim, o terceiro e último exemplo: em matéria de Habitação Social. Nas intervenções estruturantes prioritárias – nos encargos e financiamentos definidos no PDM, para um horizonte temporal de 10 anos, apenas estão previstos enquanto encargos da Câmara Municipal para a conclusão do programa especial de realojamento e para o prosseguimento do realojamento de habitações precárias não contempladas no PER, 650 mil euros, verba que representa, na prática, uma clara demissão, apesar de todas as maquetes e promessas eleitorais dos últimos anos, por parte do PS/PSD na Câmara Municipal, da resolução do problema do Bairro do Barruncho e das condições miseráveis em que aí vivem mais de 500 pessoas, nas cerca de 150 habitações precárias existentes no local.-----*

-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Lúcia lemos - -----

*"A aprovação do PDM pressupõe a devida inventariação de fatores e áreas de risco, que resultam da própria Natureza - Fatores Naturais e os que resultam da ação humana - Fatores Antrópicos, bem da conjugação destes dois tipos de Fatores. -----*

*Ainda que seja quase unânime a posição de que na área a sul do território de Odivelas se concentra uma maior probabilidade de risco, atendendo à maior extensão de áreas inundáveis e à duvidosa segurança geotécnica, como se reconhece nos documentos do PDM, as áreas de risco de incêndio, as ocupações urbanas mais antigas e densificadas e, ainda, o risco de efeito catastrófico dos sismos, sendo considerada como de elevada concentração de danos, pelo próprio PDM, há outras áreas de risco geotécnico, que englobam a instabilidade de vertentes e antigas pedreiras, sobretudo na Ramada, Famões e Caneças. -----*

*Em consequência, os fatores de risco resultam, em maioria do crescimento da construção em zonas de instabilidade de vertentes e em zonas de cheias rápidas. -----*

*Conforme se vê nas cartas que fazem parte deste PDM as Zonas inundáveis distribuem-se sobretudo na zona de várzea a sul do Município, incidindo na zona da Paiã até à zona industrial da Urmeira, na Pontinha, no nó rodoviário da entrada em Odivelas (rotunda do Sr. Roubado), e zona baixa do Olival Basto até à Póvoa de Santo Adrião. -----*

*Afirma-se, cito: que a proposta de Reserva Ecológica Nacional (REN) foi elaborada em estreita colaboração com a CCDRLVT e com a APA (ex-ARHTejo e ex-INAG). -----*

*A APA pronunciou-se sobre os ecossistemas "Leitos dos Cursos de Água", "Zonas Ameaçadas pela Cheias" e "Zonas declivosas - Áreas com Risco de Erosão" tendo a concertação efetuada produzido efeitos ao nível da metodologia adotada e na introdução de resultados de estudos disponibilizados pela APA (ex-ARHTejo). No entanto, se compararmos a zona que a APA identifica para delimitação da REN Bruta - ZAC (zonas ameaçadas pelas cheias) a zona de delimitação obtida para a cheia centenária verificamos que o PDM delimita muito menos área inundável do que aquela que é obtida atendendo à cheia centenária. A que por lei deveria ser considerada. -----*

*A água tem memória. A água procurará o seu caminho, o seu leito quando chegar a hora de correr por ele, e das duas uma: ou ele está lá e desimpedido ou ele já não existe ou está impedido. -----*

*Comparando a sinalização das linhas de água nas cartas militares com a sua representação atual nas cartas que constam do PDM, verifica-se que em grande parte do seu curso as linhas de água estão enterradas ou foram deslocizadas. Em situação de maior caudal, por força das chuvas, a água vai correr por onde puder e, se necessário, procurando o seu anterior leito. -----*



Assembleia Municipal de Odívelas

*Acréscce que o solo, por força da intervenção humana, entenda-se construção, tem hoje uma área de impermeabilização muito superior, o que vai influenciar duplamente o percurso da água desde os pontos mais altos até às áreas baixas do território. Por força da impermeabilização, Há menor capacidade de infiltração e a água corre com mais velocidade, chegando mais depressa, e em maior quantidade, às zonas de cheia. -----*

*Um exemplo de enterramento de linha de água, com uma grande área de impermeabilização (alcatrão) é a L 14, na zona alta da Ramada. Uma estrada com 4 vias, construída sobre uma linha de água agora enterrada. Em situação de maior pluviosidade é mais uma intervenção humana (e na altura bastante contestada) a contribuir para o volume de água que chegará à zona baixa de Odívelas e, muito provavelmente, com rasto de destruição até lá chegar. -----*

*É certo que nos dizem que o PDM tem de ser agora e já aprovado. É também certo que se arrasta há demasiado tempo para que se tenha chegado a esta proposta final de PDM. Mas não é certo que, no que toca a riscos e cheias, no Concelho este PDM seja satisfatório. Se o PDM tiver em conta a legislação Europeia, que remete para cheias milenares e a legislação nacional que remete para as centenárias, não poderá apresentar as zonas de cheia como o faz. Na verdade, partiu-se do que existe e determinou-se até onde se prevê que irão as águas em caso de cheia. Esqueceu-se que o PDM é um documento político e a água um elemento da natureza. Por muito que os políticos pretendam manipular a natureza ou os documentos que a retratam, na hora certa haverá o devido ajuste. O problema é que para pessoas e bens, nessa hora, não há outro tempo que não seja tentar salvar o possível. -----*

*Quanto mais o tempo passou, mais as cartas mostram não as zonas de cheia, mas as zonas secas em Odívelas, tal é o recuo das zonas inundáveis representadas. -----*

*Veremos o que o futuro reserva às populações de Odívelas, sobretudo às que estão em zonas de risco, incluindo de risco de cheia, algumas ainda com a memória das últimas cheias. -----*

*A população que consultar o PDM poderá até ficar mais sossegada, tememos que tal sossego seja tão aparente como as cartas em que se fundamenta. -----*

**Joaquim Campos – -----**

*“Após as intervenções de carácter mais genérico, olhemos agora para algumas situações objetivas e concretas: -----*

*Por exemplo os terrenos da Ribeirada que se destinavam ao futuro Centro Administrativo do Concelho. O que se pode constatar? -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Terreno com cerca de 15 mil m2, em zona central da cidade de Odivelas, com boas acessibilidades viárias, que veio à posse municipal por via da negociação e modelamento estratégico de várias urbanizações de forma a concentrar uma área suficiente onde fosse possível no futuro, construir o Centro Administrativo do futuro concelho de Odivelas. (herança de Loures). -----*

*Ainda que, no fundamental, sem alterar os usos do PDM de 1994 – equipamento, atividades económicas / serviços e espaços verdes e ainda uma ínfima parte de habitação para compatibilização do existente (5 ou 6 moradias uni familiares), no entanto altera drasticamente as áreas para cada uma das zonas. -----*

*A área de equipamento é reduzida para metade e em contrapartida a zona para construção, no mínimo triplica.-----*

*Conclusão: -----*

*Um terreno que veio à posse municipal para fruição coletiva, 2/3 do mesmo será edifícios de 7 ou 8 pisos destinados a atividades económicas. -----*

*Mais cimento! Numa zona com grande concentração habitacional e poucos espaços de descompressão.*

*Não podemos concordar.” -----*

*Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira** - -----*

*Neste Plano Diretor Municipal não é contemplado um importante e estruturante plano complementar que determine o futuro da mobilidade dentro do nosso concelho, contextualizando-o com o plano dos concelhos vizinhos e rede viária nacional.-----*

*Ora, nós entendemos que a falta de um Plano de Mobilidade neste PDM é uma grande lacuna para se poder fazer uma apreciação global estratégica. -----*

*Neste âmbito, de um modo geral, referimos a existência de grandes carências de estacionamento, de promoção de transportes públicos coletivos, a desqualificação do espaço público pedonal, as ligações inter-freguesias, a melhoria e reestruturação da rede viária, o reperfilamento das vias, a problemática das hipóteses de solução em ferro-carril de superfície, são tudo situações que ficam por resolver, sendo remetidas para fases posteriores no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Mobilidade.-----*

*Dentro das freguesias, são difíceis as ligações entre os respetivos bairros. No concelho são difíceis as ligações entre as freguesias. -----*

*Em 17 anos de existência do concelho de Odivelas não foi feito um plano municipal de mobilidade e o que veio de Loures foi praticamente deitado às “ortigas”. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*As ligações inter-bairros e inter-freguesias do concelho são muito mais difíceis hoje, agravadas com a diminuição dos transportes públicos e da falta de novas carreiras adequadas às necessidades dos munícipes que vivem nas novas urbanizações. O mesmo acontecendo com as necessidades de transportes públicos criadas pela existência de muitos utentes que atualmente recorrem aos serviços públicos, principalmente no âmbito da saúde. -----*

*Temos particularmente que referir a não construção de rodovias estruturantes projetadas há décadas. Por exemplo: -----*

*Via Verde da Tomada da Amoreira da responsabilidade municipal. Continua em projeto. -----*

*Esta importante via de ligação, fruição e mobilidade na parte central / Norte do concelho. Ficará dependente da iniciativa privada? Se assim for, atendendo há crise na construção civil, é evidente que estará para lá das "Calendas Gregas"; -----*

*A L14 (Av.<sup>a</sup> Aristides Sousa Mendes) uma obra inacabada. Tem um final provisório e perigoso. É um ponto de grande conflito viário. -----*

*Estamos à espera que o Sr. Bem-Haja, proprietário do terreno permita o seu correto acabamento? Bem, o primado do privado tem raízes neste concelho. -----*

*A T14 (Ligação de Famões à Pontinha / Casal do Rato) tem continuação no concelho de Amadora. -----*

*Será mais uma situação a resolver por um promotor que como em outros casos, como diz o povo "dão um chouriço a quem lhe der um porco"? -----*

*A omissão de uma proposta concreta que vise a melhor integração das pessoas com a mobilidade, nomeadamente, no acesso a Equipamentos Coletivos, como já atrás referi, cuja abordagem neste PDM é remetida para fases posteriores, em sede de Plano de Mobilidade, admito eu, será para se concretizar em "São nunca à tarde". -----*

*A mobilidade é tão importante, mas é mais uma situação estruturante a ser empurrada pela Câmara para uma fase posterior. É o seu lema: "Fica para mais tarde" já o Bocage utilizou esta técnica para fazer o seu fato, andava com um pano às costas e dizia que estava à espera da moda. -----*

**Pelas 00h11m, verificou-se a saída da sala do membro da Assembleia Municipal, José Pignatelli, pela bancada do CDS/PP. -----**



Assembleia Municipal de Odivelas

Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração plenário retirar o ponto 3 e 4 para ser deliberado na próxima reunião, tendo sido aprovado por unanimidade. -----  
-----  
-----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h 21 m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2ª Secretária e pelo Senhor Presidente. -----  
-----  
-----

O Senhor Presidente: -----  
-----  
-----

O 1º Secretário: -----  
-----  
-----

A 2ª Secretária: -----  
-----  
-----